

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.  
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação  
de fonte conforme abaixo.

ETCHEGOYEN, Cyro Guedes. *Cyro Guedes Etchegoyen*  
(*depoimento, 1992/1993*). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 54 p.  
dat.

**CYRO GUEDES ETCHEGOYEN**  
**(depoimento, 1992/1993)**

## *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Celso Castro; Gláucio Ary Dillon Soares; Maria Celina D'Araujo

levantamento de dados: Equipe

pesquisa e elaboração do roteiro: Equipe

sumário: Priscila Riscado

conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias

copidesque: Leda Maria Marques Soares

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 15/10/1992 a 19/01/1993

duração: 2h 35min

fitas cassete: 04

páginas: 46

Entrevista realizada no contexto do projeto "1964 e o regime militar", desenvolvido pelo CPDOC, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no período de 1992 e 1995. A pesquisa contou com a participação de Gláucio Ary Dillon Soares. A partir de 1997, passou a integrar o projeto "Brasil em transição: um balanço do final do século XX", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. O projeto resultou na publicação da trilogia "VISÕES do golpe: a memória militar sobre 1964" / Introdução e Organização de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994., "OS ANOS de chumbo: a memória militar sobre a repressão" / Introdução e organização de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. e "A VOLTA dos quartéis: a memória militar sobre a abertura" / Introdução e organização de Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araujo, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, além do livro de depoimentos "ERNESTO Geisel" / Organizadores Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1997.

temas: Chile, Cyro Guedes Etchegoyen, Espionagem, Exército, Golpe Militar No Chile (1973), Governo Emílio Médici (1969-1974), Militares, Operação Bandeirantes (1968-1970), Orlando Geisel, Regime Militar, Repressão Política, Serviço Nacional de Informações, Sistema Nacional de Informações (Sisni), Tortura

## *Sumário*

1ª Entrevista: 15.10.1992

Fita 1-A: Relato sobre as funções exercidas e os principais problemas enfrentados pelo Centro de Informações do Exército (CIE), órgão onde o entrevistado trabalhou; participação na montagem da área de contra-informação do CIE; presença de civis no Serviço Nacional de Informação (SNI) e a posição destes em áreas como a de segurança nacional; participação do entrevistado na conspiração para a realização do golpe militar em 1964; razões que levaram ao golpe militar.

Fita 1-B: Organização da conspiração militar para o golpe de 1964; independência dos recursos militares no país; papel da média oficialidade do Exército e sua importância durante a ditadura militar; relato de sua postura radical com relação ao golpe, ao período militar e como era visto por outros militares dentro das Forças Armadas, em especial no Exército; relato sobre a escolha do sucessor do então presidente Costa e Silva.

Fita 2-A: Breve relato sobre o papel desempenhado por um adido militar no período da ditadura brasileira.

2ª Entrevista: 19.01.1993

Fita 2-B: Relato sobre a participação do entrevistado na criação do Centro de Informações do Exército (CIE) e na formulação do projeto de informação; papel do então presidente Figueiredo no período militar; diferença entre militares "duros" e "radicais" a partir do ponto de vista dos militares e o papel dos grupos formados durante o golpe; participação de grupos mais radicais na indicação de candidatos à presidência durante o regime militar, como a de Orlando Geisel; problema com a posse de Pedro Aleixo após a morte de Costa e Silva; relato sobre os planos de alguns militares para que a ditadura durasse 20 anos, para que se pudesse consertar o país; comentários sobre o processo de escolha dos candidatos a presidência dentro das Forças Armadas.

Fita 3-A: Relato sobre as reais razões do golpe de 1964, que não se limitavam a problemas dos militares com o então presidente João Goulart, mas com problemas enfrentados pelo país; caso Rubens Paiva; avaliação sobre a "Revolução de 1964"; relato sobre a possibilidade de escolha de um presidente civil durante o regime militar e a falta de credibilidade que os políticos representavam para alguns grupos militares; erros cometidos pelos militares que levaram a críticas por parte da imprensa; relação do presidente com as informações sobre o que acontece na sociedade; comentários sobre a Operação Bandeirante (OBAN).

Fita 4-A: Treinamento militar no Brasil e nos EUA e os problemas da formação militar no Brasil; desprestígio social dos militares nos dias de hoje.

*1ª Entrevista: 15.10.1992*

G.S. - Eu queria que o senhor nos elucidasse, na medida em que puder, sobre as funções do CIE (Central de Informações do Exército). Havia complementação ou superposição com outros órgãos?

C.E. - Não, não há superposição. O sistema de informações é um sistema técnico que funciona quase que paralelamente ao sistema de comando. Porque a atividade de informações é uma atividade de assessoria do comando. Ela assessora o comando a tomar decisões. Nas grandes tomadas de decisões e nas pequenas também. Então existe um sistema de informações no Exército, como existe nas outras forças armadas. Então, o sistema de informações é estruturado quase que paralelamente. Ele se integra dentro dos vários comandos. As ligações entre as várias agências caracterizam o canal técnico de informações; elas são feitas dentro de normas e limites perfeitamente definidos, pressupondo conhecimento prévio e autorização dos comandantes respectivos. Ou seja, uma 2ª Seção de Exército presta contas a seu general e, depois, informa ao CIE. O CIE, por sua vez, informa ao ministro e, dentro das normas, ao SNI. Então, isso é que é uma cadeia técnica de informações. Está certo? Muito bem. Então, eu trabalhei no CIE, eu trabalhei na 2ª Seção do II Exército.

G.S. - O CIE àquela altura estava adjudicado ao estado-maior?

C.E. - O CIE, quando eu trabalhei, já era do gabinete do ministro. O CIE foi criado inicialmente no estado-maior, mas não funcionou. E não vai funcionar nunca num país chamado Brasil. Porque a função de coordenação no Brasil não existe. Eu sempre combati no Exército, quando diziam assim: "Coordena com fulano." Coordena, não. Quem manda pode, quem não pode, não manda. O Brasil não sabe coordenar. O americano gosta muito da expressão coordenação, e lá existe coordenação lateral. No Brasil não existe, não. Só coordena quando o cara tem força, tem o poder na mão. Então, não pode ser um órgão que exija decisões de momento, instantâneas, decisões graves, importantes às vezes, e decisões que envolvam segurança, economia, e coisas gravíssimas. Depois eu vou lhe dar um exemplo, me lembra, eu vou dar um exemplo de uma

decisão que envolvia coisa gravíssima. Duas decisões. Vou lhe dar o exemplo depois. Então, não pode ficar subordinado a um chefe do estado-maior, que depois vai para o ministro, depois... Fica mais um elo na cadeia para atrapalhar o negócio. Eu cansei de ver assuntos do CIE irem direto para o presidente da República. Não é que não tenham ido ao SNI, mas eram tão importantes que o general Orlando Geisel levava direto ao presidente da República e o chefe do SNI ia se encontrar com ele no gabinete do presidente. Porque nós vivemos uma fase de crise que não foi só a subversão. A subversão foi a principal, mas não foi só a subversão.

G.S. - Tinha o quê mais? Digamos assim, na fase de crise, quais eram os outros problemas, por ordem de gravidade?

C.E. - O Brasil vivia um ciclo econômico fechado, de falência. Os poderes econômicos estrangeiros, tal como estão hoje, querendo se adonar de tudo o que é brasileiro, e o governo tinha que evitar certas coisas e tinha que conceder certas coisas. Então, é aquele jogo da balança entre aquilo que interessa você dar, porque não é coisa importante, o mercado, o tal mercado... Eu não sou liberal, está certo? Mas o tal mercado precisa se equilibrar com aquilo que é segurança nacional e que o pessoal não gosta de ouvir. Porque o senhor Roberto Marinho não gosta de ouvir. Porque para ele, enquanto ele estiver com a televisão Globo na mão, está tudo bem. Enquanto ele mandar nesse país, está tudo bem. Agora, quando se começar a falar em segurança nacional, começar a pensar e a querer repensar se uma Acesita deve ser privatizada ou não... E acho que todos têm o direito de discutir a privatização das estatais, principalmente quando se trata de estatais do porte da Petrobras, em particular pela forma rápida e um pouco atabalhoada como estão fazendo, sem que se veja a menor preocupação com quem está comprando e como o está fazendo. Eu acho que posso falar porque sempre fui contra o cabide de empregos e matriz de negociatas que significa uma estatal e, desde o início, fui contra o “nacionalismo” (esquerdismo) dos donos da Petrobras que, felizmente não representam o Brasil. Algumas estatais de interesse estratégico não podem ser legadas a um grupo só, nacional ou multinacional, ou a quem estiver vinculado a ele. Eu acho que isso é um assunto muito importante para a nação. Daqui a pouco você não tem nada. E nós estávamos, naquela época, numa situação mais ou menos semelhante a essa, em que a crise econômica justificava quase tudo. Então, o governo precisava estar muito de

olhos abertos – e o Médici tinha os olhos integralmente abertos – para saber o que era de interesse do Brasil e o que não era. Está certo? É isso que muito pouca gente tem conhecimento. Muito pouca gente tem conhecimento. Jogadas que se faziam neste país... e que vão continuar sendo feitas, se não... Ninguém é mais ou menos ladrão. Todo mundo é ou não é. Quem pode, pode, quer mandar. Está certo? Eu leio *O Globo* há 50 anos. Não vou deixar de ler *O Globo*. Porque eu acho que o senhor Roberto Marinho quer mandar no Brasil, não vou deixar de ler *O Globo*. Apenas é o jornal que eu gosto mais. Então, já não gosto da *Veja* e leio a *Veja* toda semana. E não gosto dela. Não gosto de anarquistas. Eu não sou anarquista. Eu sou militar, como é que eu vou gostar de anarquismo? Mas já estou me perdendo. Estou saindo...

M.A. - Mas o senhor participou então da montagem do CIE.

C.E. - Eu participei de uma parte da montagem do CIE, que foi a parte de contra-informação. O CIE tinha uma parte de informação muito bem montada e que não tinha novidade para ninguém. Porque fazer informação, ninguém tem novidade. Pode aprimorar a técnica, mas não tinha novidade. É só pegar os dados que chegam na mão, analisar e chegar a uma conclusão. Se você for bom analista, chega a uma conclusão certa; se for mau analista, chega a uma conclusão errada. Produzir informação é uma técnica de buscar informação. Essa também é uma técnica de buscar informação, e você pode aprimorar a técnica, formar melhores agentes. Tudo isso é melhorável. Agora, a contra-informação não existia. Eu trabalhei só no CIE, nunca servi no SNI.

G.S. - Agora, para leigo: contra-informação inclui que áreas?

C.E. - Tudo! Tudo que inclui na informação só que do ponto de vista da segurança. Então, se eu produzo informações, eu tenho que negar informação ao adversário. É a segurança daquela informação. Se eu tenho essa casa aqui (a FGV) e dou um crachá, isso é uma medida de contra-informação, esse crachá aqui é uma medida de contra-informação, ou seja, estou controlando o pessoal que entra na sua área. A contra-informação o que é? É a segurança do todo, analisando todos os aspectos da sociedade. Então, eu analiso todos os aspectos da sociedade sob o ponto de vista da segurança. Segurança de uma autoridade, segurança de uma visita... Eu fui responsável

pela segurança do sesquicentenário, em São Paulo. A segurança é um campo realmente muito amplo, que envolve muitos órgãos, atividades e pessoas. A coordenação de elementos das polícias civil e militar de um estado e de elementos de outras organizações do próprio Exército não é muito fácil, principalmente para um tenente-coronel. É muita responsabilidade e as dificuldades eram muitas. Uma das principais dizia respeito ao efetivo necessário para atender às missões normais de segurança do ministro e dos generais do gabinete. Começamos com uma pequena seção constituída de um oficial e dois sargentos e tivemos que crescer para poder cumprir nossa missão.

G.S. - Toda a mão-de-obra de sua equipe trabalhava com contra-informação?

C.E. - Era dupla mão. Ela trabalhava nos dois lados. Porque no Exército a gente vivia com deficiência, então eu não podia ter elementos fazendo só uma coisa. Então, estavam fazendo duas coisas ao mesmo tempo. Sempre tinha isso. Mas eram formados para serem seguranças e eu não abria mão. Seleccionados por mim e para serem meus. O cara passava num exame de seleção que de cada dez passava um.

M.A. - E eram todos militares?

C.E. - Oficiais e sargentos. Era só o que eu seleccionava. Cabo e soldado, não.

M.A. - Civis não entravam? O SNI é que poderia ter civis, não é ?

C.E. - Sim, é verdade, só SNI tinha civis.

G.S. - O senhor também formou gente na Esni?

C.E. - Eu cooperei com a Esni na seleção e formação de futuros agentes de contra-informação.

G.S. - O Ênio criou a Escola Nacional de Informações.

C.E. - Sim, me parece que foi. Eu conheci e trabalhei com o general Ênio e tive muito prazer nisso.

M.A. - E os civis eram bem-vistos dentro do SNI? A impressão que eu tenho é que havia uma certa rixa entre paisanos e militares.

C.E. - Eu não conheço o SNI por dentro. Então, a posição até era boa na minha vida profissional de informações, embora eu tenha trabalhado contra a subversão – o governo Médici foi o auge, enfrentamos assassinatos, mortes, seqüestros, assalto a banco. O índice de assalto a banco era muito maior do que atualmente, quando há esse escândalo todo. Eu sempre fui muito tocado, dei muita importância a uma coisa para a qual eu abri os olhos quando estava conspirando. Foi aí que me toquei de que a chamada indústria brasileira de São Paulo não era brasileira, ou não pertencia, a maior parte dela, a brasileiros. Então, fui muito levado para esse lado e talvez muita coisa se explique no meu futuro.

G.S. - E seu pai? Seu pai era nacionalista?

C.E. - Meu pai, não. Vamos entender bem isso, meu pai não acreditava nos “nacionalistas”. Nem eu. Eu sempre desconfiei de Estillac Leal, sempre desconfiei desses nacionalistas ligados a filosofias materialistas. Sempre desconfiei. Mas eu também não sou um liberal entreguista, eu prezo o interesse do meu país. Estou vivendo os meus 62 anos de idade, não tenho mais nada, não faço mais nada, não trabalho, não espero mais nada. Eu não permito a um Collor, que nasceu de cueiros, ontem, discutir problemas nacionais, o que deve e o que não deve ser feito para esse país. Eu fiquei e fico estarecido, embora, em tese, concorde que o governo é um péssimo administrador. Eu concordo, em tese, com isso, eu sei que ele é um péssimo administrador. O governo não é um péssimo, é muito pior que péssimo, mas eu não quero a energia nuclear na mão nem do civil nem do particular. E muito menos do particular. Você ia dizer: por que não do civil? Porque o civil não vai dar bola para a segurança.



M.A. - Não dá bola para a segurança?

C.E. - Segurança? Não dá e nunca deu. Você sabe disso. Estou falando com toda a honestidade. O civil nunca deu bola para segurança. Empresário é produção e lucro. Produz “x” é bom; produz “x-1” já não é bom. E a segurança produz resultados muito mais difíceis de contabilizar, parecendo não rentáveis para a maioria. Dou direito a ele, governo, de tratar da venda da Petrobras e sou até favorável a isso. Discordo, entretanto, da maneira como estava sendo discutida e conduzida. E eu sou favorável à venda da Petrobras. Acrescente-se isso: eu sou favorável. Só que não aceito a maneira como foi conduzido.

G.S. - A afirmação de que os civis não têm a segurança como uma preocupação vale em qualquer lugar? Porque pelo o que eu entendo, algumas companhias americanas, por perderem competição particularmente para as japonesas, começaram a desenvolver a consciência da necessidade de segurança. Então, as seções de planejamento, de pesquisa, etc, são muito fechadas. Não é qualquer um que entra lá dentro e sabe o que está acontecendo, não.

C.E. - Não. Mas aí a gente tem que separar duas coisas: a segurança interna, institucional, daquela organização, que é a segurança contra a espionagem industrial, segurança contra os vários tipos de entradas ilegais, até roubos mesmo. Esse tipo de segurança é o interesse imediato da firma, é o interesse imediato do empresário, e a segurança a que eu me refiro, a segurança nacional. Ou seja... Deixa eu ver se eu consigo dar um exemplo... Se eu vou discutir onde ficam melhor as usinas nucleares, eu tenho que raciocinar onde fica melhor do ponto de vista do país e não do ponto de vista das indústrias. E quando eu vou raciocinar do ponto de vista do país, não é só do ponto de vista das forças armadas. Está certo? É muito mais amplo do que isso. Então, quando eu digo que não preocupa, é porque estou me referindo aos industriais, eles se preocupam só com o ganho. Eu acho isso perfeito, natural, não tenho nada contra eles ganharem, acho até ótimo. Quanto mais eles ganharem, mais se distribui; só que não distribuíram até hoje. Mas a gente tem esperança que distribuam um dia. Agora, o que eu não aceito é se discutir assuntos de gravidade, como se fez nesse país recentemente e nós somos todos testemunhas, manipulando a imprensa e manipulando a opinião pública através dos “seus” Civitas e dos “seus” Marinheiros.

Todos eles são interessados no problema. O senhor Roberto Marinho é interessado nos telefones celulares.

M.A. - Mas não entrou em São Paulo.

C.E. - E a briga toda em São Paulo nasceu por quê? Posso lhe fazer uma pergunta? Vou até desligar.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.A. - O senhor mencionou que conspirou para a Revolução de 64. E eu queria que o senhor falasse para a gente em que nível se deu essa conspiração: por que o senhor conspirou, com quem conspirou...?

C.E. - Bom, com quem, eu não sei se eles querem hoje que a gente fale nisso, não é? Mas eu era moço, o meu nível era de capitão. Eu tinha toda uma formação política de casa, eu tinha o líder da minha casa, que me formou e orientou. Fui criado por ele, que tinha uma posição idealista meio boba talvez, de modo que eu comecei a conspirar como tenente.

M.A. - E o senhor estava servindo onde?

C.E. - Falar de mim? Não vim preparado para falar de mim, não.

M.A. - Mas só uma referência para a gente.

C.E. - Eu estava servindo no Rio de Janeiro, no 8º GACosM (Grupo de Artilharia de Costa Motorizado).

M.A. - O senhor conheceu o Golberi?

C.E. - Conheci. Na época, conheci o Golberi. Conheci toda essa geração: o capitão Figueiredo, o Nini da Lage, general Newton de Oliveira e Cruz, e outros caras. Conheci nessa fase. Foi uma fase assim de...

G.S. - E o Cordeiro de Farias?

C.E. - Eu conhecia de casa. O Castelo Branco, esses caras eu conhecia. Eram amigos do meu pai. Esse era um nível que eu ficava olhando, não é. Eu era tenente, capitão, esses caras estavam lá em cima. Para mim eram os monstros sagrados dessa República. Castelo para mim, desde que eu nasci, era um monstro sagrado. Ele não se dava muito bem com meu pai, não, mas meu pai o tinha como o maior exemplo de dignidade e tenho certeza que Castelo tinha meu pai como o maior exemplo de dignidade. Eles apenas não se davam. Eles tinham nuances... “Dois bicudos não se beijam”. O Castelo, muito legalista, e o “velho”, muito revolucionário; papai era muito revolucionário. Conheci essa gente toda, Juarez Távora...

M.A. - Foi comum essa média oficialidade participar das conspirações?

C.E. - Naquela época, sim. Nós todos fomos envolvidos. Nem todos aderiram, mas fomos todos envolvidos.

M.A. - E tinha um líder militar maior com quem o senhor se identificava e seguia nesse ideal?

C.E. - O meu líder era meu pai. Depois do meu pai era um civil, que vocês talvez não gostem, mas que fez besteira na revolução, Carlos Lacerda. Eu nunca votei no Lacerda, mas...

G.S. - Aliás, você tem alguma semelhança física com o Lacerda.

C.E. - É? Achei um dos caras mais brilhantes que eu vi naquela geração. Cheio de defeitos, como eu sou cheio de defeitos, como todo mundo é, mas um homem para a crise. Um homem para a crise. Então, conheci o Lacerda. O pessoal me chamava de fanzoca, eu era fanzoca dele. Eu

gostava muito do Lacerda. Estive com ele algumas poucas vezes, não tinha muito contato com ele. Ele ia muito na minha casa falar com papai. Eu tinha uma admiração muito grande por ele. Dos civis, o civil político que eu mais admirei na minha vida chama-se Mário... Mário Martins Costa. Mário Martins Costa é um dos maiores vultos humanos do Rio Grande do Sul. Sujeito extraordinário.

M.A. - O senhor conspirava, o senhor se articulava com pessoas próximas à sua patente, ou só se articulava com patentes maiores?

C.E. - No nível em que a gente está, capitão, a gente cumpre muita missão. Entende? Então faz isso, ouve não-sei-quem, fala com não-sei-quem, leva isso para não-sei-quem... Cumpre muita missão. Mas normalmente você, quando conspira, trabalha no seu nível. Apesar dos pesares, mesmo conspirando, a hierarquia é respeitada no Exército. Eu não vou “ganhar” um major ou um coronel, sendo capitão. Eu posso no máximo sondar. Mas não vou chegar e doutrinar o cara, “ganhar” o cara para ser nosso. Agora, de capitão para baixo, a gente trabalhava. O meu papel era levantar dados, fazer levantamentos para comissões. Nessa época eu era capitão. Depois, a revolução me pegou na Escola de Estado-Maior como aluno, quando eu já não esperava mais que ela saísse.

M.A. - E por que o senhor acha que a revolução aconteceu?

C.E. - Porque São Paulo quis que acontecesse. É chato dizer isso, não é? São Paulo quis acabar com o governo Jango, que era podre. Que era podre, que tinha todos os defeitos que nós reconhecíamos. Mas quem botou todo mundo contra Jango foi São Paulo. Como fizeram com o Collor agora.

M.A. - Mas muitos militares entendiam que havia um crescimento do movimento comunista, do sindicalismo, corrupção, enfim...

C.E. - Bom, vamos bater isso por partes. Primeiro: a senhora fez uma pergunta, eu sou muito objetivo na minha resposta. A senhora quer saber causas e conseqüências, é outra coisa. Agora, a senhora perguntou quem foi que fez. Foi São Paulo. Pergunta objetiva, resposta objetiva.

M.A. - Por quê?

C.E. - Agora vamos lá. Vamos lá. Evidentemente, nós tínhamos no Brasil uma república sindicalista: um presidente sindicalista, todo mundo estava na república sindicalista e um movimento comunista muito forte, vindo de fora e de dentro. Uma situação econômica muito difícil, herdada do “seu” Juscelino Kubitschek. Mas muito difícil. Um presidente sem autoridade moral, comprometido com todos os lados: com a direita e com a esquerda. Ele tinha rabo dos dois lados. Não tem nada a ver, aparentemente, mas no meio da mocidade que conspira tinha uma mulher que não era digna, segundo o que se difundia na época. Então, você veja bem. Eu estou te dando as causas na geração militar, onde as coisas são analisadas nos menores detalhes. Entende? Então, até a personalidade da mulher dele, que teoricamente não devia influenciar, era levada em conta para analisar o comportamento do governo. Porque São Paulo não tentou nada contra o Collor, enquanto não teve a razão para desembocar em cima do Collor. Tem que esperar a oportunidade. E foi o que aconteceu. Se não existisse todo esse conjunto de insatisfações contra um governo central que não estava administrando o país em direções que convinhas, que estava fazendo uma aproximação com os sindicatos de uma forma completamente irregular, que estava trazendo ameaças de segurança à estabilidade nacional, ameaçando a nossa indústria, o nosso comércio, sem olhar do ponto de vista deles, do nosso ponto de vista, e que não tinha formação, autoridade, uma série de coisas, se não houvesse esse cadinho, essa série de condições de fermentação, como também se não houvesse insatisfação, o comunismo não progredia. Se não há insatisfação, a direita também não progride. Os movimentos de extrema só progridem quando há um cadinho de insatisfação. É só você pegar *La technique du coup d'État*<sup>1</sup>, de um italiano, que era escrito em francês, mas o autor era italiano (esqueci do nome agora). Você vê lá que não existe a divulgação, não existe propagação de nenhuma doutrina nazista, de direita, de esquerda

---

<sup>1</sup> MALAPARTE, Curzio. *La technique du coup d'État*.

em que não exista um ambiente próprio de insatisfação, uma inflação de 25% ao mês permanente... A minha empregada ontem não teve dinheiro para vir trabalhar. Me telefonou, disse: “Como é que eu faço?” O que eu posso fazer por ela? Perguntei: “Ninguém te empresta aí? Não posso fazer nada mesmo. Eu não vou te levar o dinheiro aí, mas... Eu posso te pagar, mas...” Quer dizer, esse troço é profundamente chocante.

M.A. - Agora, no seu entender, a revolução tinha que acontecer ou podia esperar?

C.E. - Como o Collor tinha que cair. Eu acho que eu respondo assim, muito simplesmente, muito objetivamente, como é meu hábito. As coisas acontecem porque têm que acontecer. Não há nada na história que não seja realmente necessário. Aconteceu. Como caiu o Collor. Caiu porque tinha que cair. Quem tirou o Collor? Isso é outra coisa. Agora, que ele precisava cair, precisava.

G.S. - E quais foram, no caso do Jango, os fatores precipitantes?

C.E. - Foram aqueles comícios do Automóvel Clube, aquele comício da Central do Brasil, aquela greve dos marinheiros...

G.S. - Por que esses foram os fatores?

C.E. - Bom, aí é o que a gente costuma dizer: chega num ponto em que se está procurando um pretexto. Havia já um estado de desagregação nacional. O senhor está se esquecendo, mas tem que lembrar, um estado de desagregação nacional. Ninguém respeitava mais ninguém. Igualzinho como estava com Collor ultimamente. Ninguém respeitava mais ninguém. Então, tem um determinado momento que começa a esquerda a se agitar, tal como o PT quis fazer agora na crise do Collor e depois teve a inteligência de não continuar, porque ele ia gerar um movimento de direita, se continuasse. Começou a querer radicalizar e a querer forçar, para tomar conta do poder na crise. Porque a teoria deles é: levar para o caos, para tomar o poder. E aí, então, esses três eventos foram muito significativos, porque dois deles repercutiram muito nas forças armadas: um na Marinha, muito, e o outro no Exército, quando o nosso ministro foi ao comício da Central do

Brasil. Então, a chama final, quem jogou o último palito de fósforo pegando fogo, foram esses três eventos. Outras coisas aconteceram, várias coisas. Lacerda trabalhando... Mas realmente, as coisas foram crescendo, crescendo, como foi crescendo a situação do Collor, e de repente alguma coisa precisa acontecer. E aconteceram três coisas.

G.S. - Os que estudam a revolução, particularmente essa parte conspiratória, se dividem em dois grupos: primeiro, um que vê algo perfeitamente harmonizado, integrado, uma conspiração muito consolidada; e outro que vê grupos com uma integração particularmente pobre entre eles. Inclusive até o momento em que, de Minas, o Mourão se lança sem que ninguém mandasse ele se lançar... Não estava prevista aquela data, etc... Qual é sua opinião?

C.E. - A minha opinião. A minha resposta não vai ser boa, mas eu vou tentar ser compreendido. Não existe nada no Brasil bem organizado. Nada! No Brasil, você nunca fará nada bem organizado. Então, conspiração perfeitinha, organizadinha, não existe. Então, essa teoria da coisa existia. Existia um grupo mais intelectualizado, do qual fazia parte o Golberri, do qual fazia parte alguns desses vultos que eu vou me permitir não citar nomes, para não faltar, para não omitir, porque não vale. Talvez o grupo mais ligado a São Paulo, talvez o grupo mais ligado à política propriamente dita: Cordeiro de Farias, Juarez, esses caras que tinham um nome no Exército. Esse grupo era um grupo mais organizado, era um grupo mais intelectualizado, mais inteligente e mais preocupado em conduzir as coisas dentro de uma sistemática conhecida, evitando os passos no desconhecido, evitando os tropeços. A revolução tem alguns perigos muito graves. Tem momentos em que se perde o controle. Está certo? Bom. E havia centenas, exagerando, de outros grupos pequenos. Grupo dos capitães e tenentes, grupo de libertação do Exército, grupo de movimentação... Vários grupos. Nem me lembro mais. Eram grupos de insatisfeitos que não aceitavam a liderança deste, daquele general, daquele coronel. Entende? Mas que representavam uma insatisfação generalizada. A principal característica desses “velhos”, que alguns querem fazer o Brasil esquecer, é a grande experiência que têm. Não fazem besteiras como o Jânio e o Collor fizeram. Novos, promissores, julgavam-se os bons, mas o que fizeram foi deixar a gente no meio do caminho, deixaram ontem, como deixaram agora.

## [FINAL DA FITA 1-A]

C.E. - Então, eu critiquei muito os velhos na época. Eu era moço, na época. Criticava: “Esses velhos e tal...” Esses velhos tiveram muita habilidade, porque eles conseguiram não deixar esses grupos se perderem. Mantiveram contato com esses grupos... Eu hoje me sinto instrumento de algumas dessas ações que mantinham ligações com esses grupos para não deixar eles saírem. Para manter a ligação. Tiveram a inteligência de manter esses grupos subordinados ao esquema do chamado MRN, que era o Movimento de Renovação Nacional. Tiveram a inteligência de manter ligação. Eu me dei conta, várias vezes, de que fui instrumento. A gente, quando é moço, é instrumento mesmo. Eu não tenho vergonha disso, não. Então, nesse período, o que foi a revolução? Foi um grupo de jovens que, de vez em quando, tomava uma atitude corajosa, embora um pouco irrefletida. Eles foram muito úteis. Quando o fogo sagrado estava caindo surgia sempre um grupo desses para fazer um Jacareacanga, um Aragarças, levantando a moral dos revolucionários. Independentes, idealistas e corajosos, tornaram-se indispensáveis. Tinha que ter. Isso é preparatório de uma revolução. Esses “putsches” assim são preparatórios de uma revolução. Então, sempre tinha um bando de jovens idealistas, puros, mas são mais atirados. Às vezes são muito mais decentes, muito mais honestos do que muitos dos velhos, não é? Mas são mais atirados, são mais descontrolados, e esses velhos tiveram essa habilidade. E quando houve a hora, esses velhos comandaram o dispositivo naturalmente. Porque quando a coisa vai sair, você precisa de alguém que comande. Entende? Então, o movimento estava marcado para 4 de abril, em Uruguaiana, quando o Brizola ia a um comício em Uruguaiana. Ele ia ser preso, começava a revolução no dia 4 de abril. Aí, naquele dia 30 ou 31, naquele último comício, ou na última reunião do Automóvel Clube, não me lembro bem agora, as coisas se precipitaram e o Mourão Filho, maluco, mas macho para danar, que não fazia parte de nenhum dos grupos... Isso que é interessante, não é?

G.S. - Não era parte de nada?

C.E. - Nada que eu soubesse. O pessoal de nosso grupo não confiava nele, era “mineiro” demais. Mas havia muitos grupos paralelos que não conhecíamos, inclusive os ligados ao Magalhães



Pinto. De repente o general Mourão desce (ou manda dizer que ia descer, não me lembro bem). Nosso grupo foi apanhado com as calças na mão. Aí nos integramos a quem tinha capacidade de comando e de coordenação – aos velhos. O governo começou a deslocar tropa do Rio para barrar o avanço da de Minas. Foi aquela correria. Avisar os nossos para agirem... Nossas baterias de artilharia deveriam entrar em posição na serra, deveriam entrar em posição para ajudar a defesa, se necessário atirando sobre a tropa que descia. Eles foram perdendo unidades pelo caminho. Voltaram para seus quartéis, não sei. Foi uma completa desarticulação. Para o nosso grupo, a antecipação de quatro dias criou alguma confusão. Pelo que soube, excetuando Rio de Janeiro e Minas Gerais, a revolução estourou mais ou menos como estava previsto. A idéia geral era fazer nosso pessoal levantar-se e forçar a adesão de alguns chefes que seriam muito úteis, mas estavam indecisos. Assim foi em São Paulo, com o general Kruel, no Rio Grande do Sul e em outros locais. Então, da maneira como eu vejo hoje, as coisas estavam previstas sim, mas não com a perfeição de um planejamento militar. Muita coisa foi antecipada. Então o que foi a revolução? Foi uma liderança chamada por nós de Sorbonne – à qual rendo minhas homenagens hoje, embora não gostasse dela na época – que agiu com muita prudência, inteligência e habilidade. A única restrição que ainda faço a eles é sua estreita ligação com os industriais e políticos de São Paulo. Ela coordenou o trabalho em âmbito nacional, nos planos político e econômico, procurando, com razoável êxito, não deixar o Exército se dividir mais do que já estava. Nessa época de insatisfações, surgia um grupo a todo instante, com diferenças e antagonismos pessoais. Grupo dos capitães e tenentes, grupo dos pára-quedistas, grupo disso, grupo daquilo. Mas aí vem a habilidade deles, ligaram-se a todos os grupos, permitindo aos mais apaixonados ou exaltados uma atuação dentro de suas características, porém limitada por uma coordenação que, aparentemente, não obrigava nada a ninguém. Numa visão mais de longe dá para ver a forma como nos controlaram. Esses velhos, com suas cabeças brancas como as nossas, com a experiência vivida, conduziram tudo muito bem, mas com muita discrição. Talvez por isso haja pessoas que discordem quanto à condução do movimento. Na visão de uns foi tudo muito bem coordenado e, na de outros, foi uma esculhambação. Sem querer discordar, nem parecer melhor que ninguém, na minha ótica particular, julgo que houve uma mistura das duas idéias. Muita coordenação antes, muita improvisação depois e, sobretudo, muita sorte. Nós tivemos a felicidade de ter uns caras de valor, nessa altura, uma coordenação com a sensibilidade de perceber que se

não podia conviver com os radicais, não deveria perder contato com eles e que deveria tentar controlá-los, levando-os a seguir uma orientação geral. Isso é o que penso, ressaltando meu nível de observação na época e as conclusões que só me foram possíveis tirar passado algum tempo. Isso evitou problemas, isso coordenou, isso controlou os caras. E no fim, tudo deu certo. E se houve rapidez nesse país todo, quase nove milhões de quilômetros quadrados, foi por causa disso. Foi por causa disso.

G.S. - Agora, essa revolução formada por vários grupos com, digamos, uma coordenação solta, não apertada...

C.E. - Solta? Não rígida. Porque, se fosse rígida, teria fracassado, como fracassou na época do Café Filho e do Lott.

G.S. - Ela sabia contra o quê ela era...

C.E. - Sabia. Os velhos sabiam exatamente o que queriam. Tanto queriam que eles fizeram. Porque se você olhar realmente – pode até estar errado, na tua opinião –, os únicos que disseram a que vieram foram os governos militares. Foram os únicos que disseram a que vieram. E se você olhar, todos eles têm uma seqüência, uma continuidade, porque aqueles programas de recuperação, aquilo tudo foi feito antes. Lógico que os detalhes foram postos depois. Então, eu fui levar um programa de governo para um camarada dar opinião no quinto dos infernos. Eu era mensageiro, não é? Eu agora estou sabendo que estava levando um programa. Eles planejaram muito mais o Brasil, o Golberi era um dos planejadores. Não estou querendo defender o Golberi, ele foi um dos grandes coordenadores do “Brasil do futuro”, que é como nós chamávamos. “Brasil do futuro”. Essas expressões utópicas de “Brasil grande”, isso nasceu da revolução, na conspiração. Essas expressões são muito próprias de uma fase conspiratória: “Brasil gigante”, “Brasil potência”, “Brasil grande”, essas são expressões muito usadas na conspiração. Então, eles queriam um Brasil que não fosse socialista, mas que não fosse um Brasil americano, tanto que a

primeira coisa que o Castelo Branco<sup>2</sup> denunciou foi o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Ninguém se deu conta da profundidade disso, até hoje o Brasil não se deu conta disso. Tirou o Exército brasileiro da tutela do americano, e até hoje, volta e meia, o americano, até discutindo essa porcaria da dívida, tenta reatar. Porque a única maneira de ter tutela é ter tutela sobre o Exército. Porque nós tínhamos. Eu servi numa unidade em que se meu canhão pifava, eu tinha que chamar o sargento americano para consertar, porque era material do acordo. Você pode imaginar o que é isso. Hoje, se meu canhão pifa, eu conserto no botequim da esquina, porque o material é brasileiro, apesar de estarem querendo acabar com ele. A campanha toda contra a firma brasileira não é do brasileiro, é do americano. “Ah, foi mal administrada. Foi por causa da crise internacional.” Mas foi quem salvou o Brasil. Se você não dá ao Exército nacional estrutura nacional, ele fica internacionalizado. Desculpe a minha posição.

G.S. - Então, um pouco a sua idéia é a de que, militarmente, o país tem que ser dependente dos seus próprios recursos?

C.E. - Tem que ser independente para poder falar. Não é para poder brigar porque ninguém vai fazer guerra com ninguém, nós não temos condições. E o Exército não existe para fazer guerra, o Exército existe para não ter guerra. Então, como é que eu podia falar alto, se na hora que eu precisava consertar um canhão ou um avião, eu tinha que pedir para os Estados Unidos?

M.A. - Bom, quer dizer então que o senhor acha que essa média oficialidade foi importante como o fermento da revolução?

C.E. - Ela foi uma mão-de-obra muito importante. E ela provou isso com a radicalização que ela teve durante todo o processo do governo militar.

M.A. - Radicalização...?

---

<sup>2</sup> Ernesto Geisel foi o presidente que rompeu o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em 1975.

C.E. - Ra-di-ca-li-za-ção. Não estou dizendo outra coisa. [risos]

G.S. - Radicalização de quem?

C.E. - Todo mundo. A oficialidade do meio. Ela foi a general, mas até coronel criou muitos problemas de radicalização porque ela se sentiu responsável pelo Brasil. Ela se sentiu responsável. Porque houve um fenômeno histórico: o Exército nunca tomara conta do poder, foi a primeira vez que o Exército tomou conta do poder. Porque quando se conspirava, todas as vezes que nós fizemos e deixamos para eles, eles fizeram besteira. Nós alguma vez temos que fazer, e tomar conta, para ver se a gente conserta. Essa era a tese. De repente, esses meninos, como eu, começam a ver que a presidência é uma luta política, é o general tal que quer ser presidente. Então, esses tenentes-coronéis, majores, tenentes-coronéis na época, começam a radicalizar suas posições em termos da revolução.

G.S. - Quer dizer, naquela altura, o senhor se considerava um radical?

C.E. - Eu sou um radical até hoje.

G.S. - Até hoje? Explica.

C.E. - É a tal história, eu não tenho medo de dizer que eu sou radical. É gozado isso. Porque eu tenho idéias, eu defendo minhas idéias. Eu não mudo minhas idéias, a não ser que você me convença. E eu não cedo as minhas idéias para agradar a ninguém. As minhas idéias têm que agradar a mim, não é para agradar aos outros. Então, isso é que é ser radical.

G.S. - Quais são as idéias que te fazem um radical?

C.E. - Bom, eu sou livre. Ninguém tolhe a minha liberdade. Briguei no Exército com alguns generais, eu tenho que ter o direito de falar e pensar de acordo com o meu caráter, com meu temperamento, e não de acordo com o caráter, com o temperamento de a, b ou c. Segundo:

ninguém tem direito de me tirar o que é meu, de direito ou por lógica. Quero as coisas raciocinadas e trabalhadas em termos exclusivamente ideais. Isso é utopia, mas eu quero que elas sejam feitas, o mais possível, em termos de Brasil e não em termos do “seu” Roberto Marinho, e não em termos do “seu” Civita, e não em termos dos industriais de São Paulo. Eu quero que os estados no Brasil tenham o mesmo peso nessa República porque eles não têm culpa de ser pobres. A culpa é de quem administrou mal. Então, a responsabilidade do Rio Grande do Norte ser uma porcaria – me desculpe se eu estou sendo até desagradável – não é do riograndense do norte, não é do potiguar. Essa responsabilidade é de quem governou mal esse país e os estados. É da elite nordestina, que é uma porcaria, junto com a elite política carioca que é outra porcaria. Então, a minha posição radical é essa. Eu não aceito – como é que eu vou dizer? – o domínio pelo dinheiro ou pelo falso poder político. Eu não aceito ser dominado por poder nenhum. Aceito que a maioria vença, eu me subordino. Estou engolindo o Brizola, não faço nada contra ele. Mas não venha querer me fazer calar por causa do poder econômico ou do poder político.

M.A. - E os senhores, dentro dessa posição radical, concordaram, por exemplo, com a escolha do presidente Castelo Branco?

C.E. - Quanto a mim, sim. Saí pegando assinaturas em manifesto que visava empossar o Castelo Branco. Saí pegando assinatura nas unidades de artilharia.

M.A. - Mas o Castelo Branco não era radical nesse sentido.

C.E. - Não. Mas o problema é o seguinte: nunca deixei de respeitar um homem decente só porque pensava diferente de mim, desde que não fosse em coisas essenciais. Eu o respeito. Eu, pouco antes da revolução, fui a Recife com a Escola de Estado-Maior e o Castelo Branco era comandante do IV Exército. E ele fez uma exposição para nós. E eu, no fim da exposição, na parte das perguntas, fiz uma pergunta para ele sobre política e ele respondeu com aquele jeitinho que o caracterizava, firme mas educado, dizendo para mim que ele estava tratando de assuntos militares e não de assuntos políticos. E eu voltei a insistir, disse: “Sim, general, mas, antes de mais nada, o senhor é um comandante do Exército que vai ser chamado a decidir. E eu, como

membro do Exército, quero saber qual é a sua posição, para saber se eu vou com o senhor ou não.” Isso numa turma de oitenta. Quase fui preso. [risos] E ele virou-se para mim e disse: “Menino,” – nunca me esqueci – “a minha posição você saberá na hora, porque eu nunca disse antes da hora. Mas o meu passado fala por mim.” Quando ele terminou de falar, eu disse: “Então, se o senhor vai respeitar o seu passado, eu estou com o senhor.” Calei a boca e sentei. Com uma palavra, ele me disse o que eu queria ouvir, que era o passado dele, o passado de dignidade, de honra. Não haveria interesse que fizesse ele mudar aquele respeito que ele tinha ao passado. “Agora estou com o senhor”.

G.S. - Até agora eu não estou convencido dos teus argumentos para ser radical. Porque você me disse que ninguém te cala...

C.E. - Ninguém me cala. Isso é ser radical. Pôxa, eu sou radical no Exército para burro. Me consideram muito radical. Me consideravam muito. Porque eu nunca me calei. Nunca. Eu nunca me calei.

G.S. - Então te consideravam um insubordinado?

C.E. - Eu respondi a alguns inquéritos. Estive preso. Mas, pelo amor de Deus, não vou falar disso, não. Por exemplo, aí vêm as eleições de 1965, do Negrão de Lima.

M.A. - A gente sabe daquela história do Pitaluga querer descer o regimento. Quer dizer, eram os radicais contra o retorno...

C.E. - Deixa eu interromper. De 1965 a 1969, eu estava fora do Brasil. Estava no Paraguai. Eu fui em fins de 1965 e voltei no princípio de 1969.

M.A. - Agora, eu tenho percebido uma coisa: tem muito radical que foi afastado nesse período. Esse negócio de Paraguai, Buenos Aires... Isso era de caso pensado?

C.E. - Não, não... No meu caso, não foi. Foi por morte de um companheiro. Eu era o próximo na relação e coube-me substituí-lo. Ele morreu e eu era o número um. Que é uma das coisas que o Exército tem de bom, no Exército você sabe teu futuro que independe dos generais, depende de tua classificação nas escolas e do teu conceito geral. Então, está lá na lista, tem tantos pontos, está lá. Chega a tua vez, tu vais, quer gostem de ti, quer não gostem. Chegou a minha vez, me chamaram, eu levei até um susto. “O gabinete do ministro está me chamando.” Cheguei lá: “Você vai para o Paraguai depois de amanhã.” Eu digo: “Como é que eu vou para o Paraguai depois de amanhã?” Fui. [risos] Milico vai mesmo, não é? Então passei dois anos e meio no Paraguai. Cheguei no Brasil, encontrei aquela crise tremenda do Costa e Silva, quando ele ficou doente.<sup>3</sup> Cheguei ao Brasil em março de 1969. Um dia, fui procurar o general Albuquerque Lima levando-lhe nossa preocupação com a crise e com a situação dele, e com a necessidade de ele se afastar do problema pois julgávamos que seria prejudicado. Nessa época, um grupo de políticos civis, a maioria de São Paulo, e alguns militares queriam um enfrentamento do general com a situação. Sugeri que acatasse a decisão do Alto Comando e aguardasse nova oportunidade, que sem dúvida viria, já que ele era considerado pelos moços como uma reserva moral. Quando ele passou para a reserva, acho que fui o único, senão um dos pouquíssimos, que esperou por ele na portaria do ministério para despedir-se dele.

G.S. - Isso foi quando ele pretendeu ser candidato a presidente no lugar do Médici?

C.E. - Em lugar do Médici. Eu assisti a uma parte dessa história, pois era motorista. Transportei alguns oficiais para a reunião que houve na casa do ministro da Aeronáutica, preparatória da escolha do representante das forças armadas e, logo depois, para uma reunião que ocorreu no Ministério da Marinha. As reuniões do Alto Comando são demoradas, tem

---

<sup>3</sup> Em 13 de dezembro de 1968, foi editado o Ato Institucional nº 5 — o mais drástico de todos os atos institucionais criados pelo regime militar — em resposta à crise deflagrada pelo discurso do deputado Márcio Moreira Alves. Dentre outras decisões, autorizava o presidente da República a decretar o recesso dos órgãos legislativos, a cassar mandatos eletivos, a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão e a suspender a garantia de *habeas corpus*. O AI-5 deu origem a outras medidas repressoras, tornando, assim, plena a legislação de exceção e agravando o quadro político nacional. No final de agosto de 1969, o então presidente Costa e Silva tentava chegar a um acordo sobre a reforma constitucional idealizada por seu governo, quando foi surpreendido por uma trombose. Foi substituído por uma Junta Militar, que afastou o vice-presidente Pedro Aleixo, suspeito por ter sido contra o AI-5.

muita conversa preparatória e eles só partem para a decisão depois do acordo. Eu assisti a alguns desses acontecimentos importantes. Pode ter havido uma terceira reunião, nada soube sobre ela.

M.A. - Essas reuniões eram onde?

C.E. - Aqui no Rio. Foi tudo aqui no Rio, na Ilha do Governador e no Ministério da Marinha. Veja bem o que eu assisti: quando se discutia, o candidato dos generais era o general Orlando Geisel.

G.S. - Mas ele estava doente, não?

C.E. - Ele sempre esteve doente, porque ele tinha um problema de enfisema, ele morreu disso. E era o candidato do Médici. Eles eram colegas de turma e o Médici tinha assim, não digo adoração que homem não adora homem, mas uma admiração muito grande pelo Orlando Geisel e o Orlando Geisel por ele. Eles eram muito amigos, se tratavam por apelido: Alemão e... Não me lembro. Então, pelo que soube, parte da reunião transcorreu na tentativa de convencer os generais Orlando e Médici, os mais cotados para representar as forças armadas. Nesta altura já havia uma tendência em escolher um nome do Exército, havia um certo compromisso de apoiar um deles. Parte da Aeronáutica e da Marinha tinham opiniões e pontos de vista divergentes e os expuseram. O Orlando não queria aceitar e o Médici também não, mas não se encontrava outro nome que significasse união. O problema continuava. Não me lembro se antes ou depois disso, mas houve uma votação dos quatro estrelas das três forças com o Médici em primeiro lugar e o Orlando em segundo; não me lembro dos demais, mas, sem dúvida, o almirante Rademacker estava muito bem colocado. Houve então o consenso. Encerrou-se a reunião e fomos embora. Dois ou três dias depois houve outra reunião, desta vez oficial, no Ministério da Marinha, onde a decisão foi oficializada com ata e tudo. Claro, aí houve unanimidade, que é como eles fazem em assuntos tão sérios. Então, um grupo de políticos e empresários paulistas passou a estimular a candidatura do general Albuquerque Lima, um cara que os moços julgavam excepcional, um grande caráter, uma das reservas do



Exército. Pena que tenha sido envolvido. Como sempre, eles se meteram no assunto pensando poder controlar o general, por suas ligações. Muito bem, houve isso, e eles trabalharam muito porque têm o poder do dinheiro, avião para ir aqui, ali, falar com... Trabalharam muito. E eles envolveram alguns oficiais generais do Exército, alguns oficiais da Aeronáutica e alguns oficiais da Marinha. Não sei se chegaram a ter muitos, mas que envolveram, envolveram. Seguramente. Claro que não chegaram a ter maioria., mas eles se esquecem de uma coisa que eu vou dizer para vocês aqui, que é a coisa mais bonita que há no Alto Comando. Esses velhos quando se reúnem, eles mudam, eles mudam por completo. E na decisão deles prevalece o sentido de pátria. A união deles é maior quando há qualquer ameaça de cisão. A pressão dos industriais paulistas, forçando a candidatura do general Albuquerque Lima, resultou em aumento da união. É isso que o Alto Comando tem de grande e é por isso que as forças armadas têm presença tão marcante em nossa história. O problema é interessante. É como no caso do papa. Vou tentar me explicar melhor. Certa vez, conversando com o bispo de Anápolis, chamei o atual papa de demagogo, e ele me alertou para o fato de que tem sido comum na Igreja um bispo chegar a papa e mudar, às vezes, muito. Que, em sua análise, ao chegar ao ápice de sua vida, o bispo passava a sentir-se muito próximo a Deus e não via ninguém tão próximo quanto ele. Passava a analisar tudo com o interesse voltado para seu rebanho, com olhos postos da eternidade da Igreja. Esta foi uma conversa muito marcante para mim. Julgo que é mais ou menos isso o que acontece quando um oficial chega a quatro estrelas, ao Alto Comando. Chegou ao fim da carreira, não pode subir mais, não precisa agradar a mais ninguém, é senhor das grandes decisões e está sozinho. Já vi muita gente mudar. No varejo, vez ou outra, pode surgir um cara que faça uma safadeza porque o ser humano é falho, mas, nas grandes decisões, nos momentos de crise da maior gravidade, suas decisões visam sempre o bem comum. Agir diferentemente seria trair os companheiros, trair sua arma. Todos temem o julgamento de seus companheiros, isso é um troço muito bonito, a gente custa a ver isso. A gente só vai ver isso depois de muito tempo.

M.A. - E para essa média oficialidade radical, a candidatura Médici era uma candidatura muito bem vista, não é?

C.E. - Indiferente, ele era pouco conhecido. Ninguém o conhecia bem, exceto o pessoal de sua arma – a cavalaria. Nós apoiamos seu nome – e eu sou de artilharia – como um nome de união, não como o melhor deles, já que não separava, que não dividia. Conseguia unir o pessoal do Costa e Silva porque trabalhara com ele, fizera parte de sua equipe. Conseguia unir também o pessoal ligado aos Geisel, de quem era muito amigo. Era um nome que conseguia compor as grandes forças militares, os grandes nomes militares. Eu não o conhecia, fui conhecê-lo depois, não pessoalmente. Foi uma grata surpresa para mim. Meu irmão trabalhou com ele, como seu assistente-secretário, cerca de seis meses antes desses fatos. Ele falou-me sempre com muita admiração e respeito por seu caráter, sua integridade, sua dignidade, pelo ser humano que ele era. Homem de grande caráter, muito puro, desconfiado como todo o gaúcho da fronteira, mas, acima de tudo, honesto, sério, discreto e muito enérgico.

[FINAL DA FITA 1-B]

G.S. - Eu suponho que um adido militar em Assunção tenha que informar a respeito das atividades argentinas lá dentro, os interesses americanos lá dentro, etc.

C.E. - Tem. Tem. É uma coisa interessante, se troca muita informação. É um serviço muito ostensivo. Lembro-lhes que fui instrutor no Paraguai e não adido militar. Certa vez o adido militar americano chegou para mim e disse assim: “Coronel, eu queria lhe fazer uma pergunta. Eu tenho que informar, o senhor sabe disso. Quantas unidades assim, assim, o Exército tem?” Eu disse para ele: “Eu não sei, mas me dá tempo que eu vou saber”. Ele disse: “Tudo bem.” Aí, eu liguei para o Brasil, perguntei, disse para quem era, o cara me deu: tem tantas unidades assim, assim. Telefonei, disse: “Tem tantas.” Tudo bem. Quer dizer, é um troço... É uma informação assim meio de fãncaria porque ela funciona muito quando o país é inimigo, agora, quando os países são amigos...

G.S. - Talvez não no caso de Assunção, que não era centro de exílio, mas o adido também devia ter uma parte de suas atividades voltadas para seguir exilados e o pessoal que fazia campanha contra o governo, não?

C.E. - Não tem nem como.

G.S. - Não tem como, é?

C.E. - Não tem nem como. Isso é fantasia de imprensa. Não tem como! Eu estive no Chile, por coincidência, nas vésperas da revolução chilena de 1973. Fui visitar um menino que estava exilado...

M.A. - Um militar exilado?

C.E. - Não. Civil. Exilado. Fui conversar para saber algumas coisas. E a minha surpresa é que o adido militar no Chile não sabia nem que ele estava exilado. Eu ouvi depois: “Perseguiu!” Perseguiu nada. Ele não tem como. Não tem meios. É ele e um sargento. Isso é mentira. É lógico que se o Chile é meu, se o Chile é aliado do Brasil, eu chego para a polícia chilena e peço informações. Mas naquele tempo, com Allende?! E depois que caiu Allende, o Chile levou muito tempo se encontrando a si mesmo. Não podia ajudar ninguém. Isso é muito mentira. Não tem como. Não tem condições. É como escuta telefônica.

[FINAL DA FITA 2-A]\*

\*A fita 2-A não foi gravada integralmente

*2ª Entrevista: 19.01.1993*

M.A. - Coronel, o senhor já falou conosco sobre a sua ida para o CIE, sobre o seu trabalho na criação de um serviço de contra-informação dentro do Exército. O senhor estudou fora, montou depois esse serviço, e eu queria que o senhor falasse mais sobre isso. Os seus superiores eram o Coelho Neto e o Milton Tavares?

C.E. - O Coelho Neto era o sub-chefe, e o Milton Tavares era o chefe do CIE.

M.A. - O Milton Tavares já faleceu?

C.E. - Já, ele morreu em São Paulo quando comandava o II Exército.

M.A. - O senhor tinha muito contato com ele?

C.E. - Eu servia com ele, inclusive no dia de sua morte eu estava com ele.

M.A. - É? E qual era a orientação do Milton Tavares em relação a esse serviço? Era um momento muito difícil, o senhor já conversou sobre isso. Nós estivemos com o Coelho Neto recentemente e ele disse ter a maior admiração pelo Milton Tavares.

C.E. - Sim. Duvido que haja alguém que tenha servido com o general Milton que não tenha por ele a maior admiração e respeito. Inclusive eu.

G.S. - Como foi sendo formulado esse projeto de informação? Qual era a visão? O Coelho Neto diz: “Eu sou um duro com muito orgulho, e eu gosto do Milton Tavares porque ele era um duro?” O que isso queria dizer?

C.E. - Bem, vamos devagar. Vamos primeiro entender o que o Coelho Neto quer dizer por duro. É preciso que a senhora compreenda nossa posição, nós nos sentíamos injustiçados. Corremos riscos de vida enquanto a maioria dormia tranqüilamente, usufruindo os benefícios do que se fez, com a maior segurança com que passaram a contar. Nós, ao contrário, só tivemos lutas, enfrentamos essa onda toda, alguns colegas enfrentaram tiros e outras ameaças. Sofremos com tudo o que vem ocorrendo. Sentíamos-nos injustiçados. Certo ou errado, o que interessa é o que se sente, não é? E, na análise de muitos de nós, a responsabilidade por essa injustiça está nos interesses contrariados, é claro, mas está principalmente nos fracos, naqueles que estão sempre se posicionando politicamente de forma a tirar benefícios pessoais para si, seus familiares, etc. Ou seja, está nos políticos que nós temos neste país. Em nossa visão, eles correspondem à linha dos fracos de espírito, dos fracos de tudo, à “linha mole”. É a ela que nos opomos, com uma posição contra, firme, dura. Então, esta é a posição do Coelho Neto, que é um dos oficiais de maior integridade moral com quem servi no Exército. O resultado é que criamos um grupo de idealistas – é muito difícil dizer isso – que lutou, arriscou-se, nunca pretendeu nem recebeu nada, que se sente co-responsável pela revolução e julga que foi traído. Esta é uma síntese do que penso e do que sinto. Traidores, cujos nomes não vou citar, pois não constrói nada. Talvez a palavra traidor pareça forte para muitos. Em nosso julgamento, eles se aliaram àqueles que sempre

combatemos e se afastaram de nós, muitas vezes até nos afastaram. No mínimo podemos dizer que foram fracos de caráter.

G.S. - Quais são os traidores?

C.E. - O maior deles todos é João Batista de Oliveira Figueiredo, com todas as letras. Eu só não vou dizer para o senhor o palavrão que eu gostaria e que digo normalmente quando falo com os amigos, em respeito à senhora. Não foi o primeiro não, mas foi o grande traidor que nós tivemos na revolução.

M.A. - E em contraposição aos duros, o que existe?

C.E. - Existem os fracos de caráter e existem, segundo a estatística, 92% dos que estão sempre no poder. Em cima do muro.

M.A. - O senhor ficou até o fim do governo Médici nessa atividade de informação?

C.E. - É, eu fiquei até o fim. Eu não servia com o Médici, eu servia com o Orlando Geisel. Quando o Orlando Geisel passou a função de ministro, o ministro que assumiu e que morreu logo em seguida, um mês depois, pediu-me que ficasse mais uns seis meses para passar a função. Mas ele morreu um mês depois e eu não quis ficar com o Frota.

G.S. - Você tinha problemas com o Frota?

C.E. - Não, eu não tinha problemas com o Frota. O senhor vai me desculpar uma coisa que eu vou lhe dizer...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

G.S. - Então o Figueiredo foi...

C.E. - Para mim foi o grande traidor da revolução. Foi o grande traidor da revolução e dos revolucionários de primeira ordem.

M.A. - Qual foi o maior pecado do Figueiredo? Em certo sentido ele teria dado continuidade ao projeto de abertura do Geisel.

C.E. - Ele não continuou a obra do Geisel. Se tivesse continuado eu bateria palmas, eu seria a favor dele. Mas ele não continuou.

M.A. - O senhor acha que ele mudou os rumos?

C.E. - É só ver os auxiliares dele: comprando cavalo, vendendo cavalo e outras coisas. Eu não quero me alongar nisso não. Eu já lhe disse que não falo sobre o Figueiredo.

M.A. - Está certo. A gente se fez de esquecido. [risos]

C.C. - Qual é a sua arma?

C.E. - Artilharia.

G.S. - Agora, que outras pessoas o senhor considera que traíram os duros dentro das forças armadas? Porque, se traíram, isso significa que em algum momento estiveram com vocês e depois pularam fora.

C.E. - Claro, claro.

M.A. - E o senhor podia esclarecer também quem eram os outros duros: o Coelho Neto, o Milton Tavares, o Antônio Bandeira...

C.E. - Os mais firmes de nosso lado foram, falando somente daqueles com quem tive contato, o general Milton, o coronel Coelho Neto (depois general), o general Bandeira e muitos outros, cujos nomes vou esquecer e cometer injustiças. Mas veja bem. Há uma diferença entre o que vocês chamam de radical e o que nós chamamos de duro. Muito grande.

G.S. - Explica isso melhor para a gente.

C.E. - O duro necessariamente não é um “radical”. O Bandeira, para nós, era um linha dura, e para vocês, um radical.

C.C. - Qual seria a diferença?

C.E. - Segundo se depreende da imprensa, chamam de radical aqueles que tomam atitudes impensadas, voltadas para seus interesses pessoais, burros ou brancos. Com esta interpretação, a palavra radical torna-se ofensiva, muito agressiva, que não cabe a nenhum de nós.

G.S. - Esses são os radicais.

C.E. - Esses são os radicais. É muito fácil dizer o que deve ser feito, exigir dos outros e não exigir de si. Eu não quero me alongar, porque está entrando num terreno que é muito difícil para mim.

G.S. - Se tirar os nomes, aí fica mais fácil?

C.E. - Fica mais fácil.

G.S. - Então tira os nomes.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

C.E. - Vamos falar da revolução. A revolução começou com o movimento de coronéis sobre o qual já falei. Era MRN, que se deu numa situação em que os velhos não comandavam o Exército porque não tinham liderança, porque representavam um pouco as coisas velhas. Mas eles tinham muita experiência e muita inteligência, e então envolveram jovens, entre eles eu, criando outros grupos e foram esses grupos que fizeram a revolução. Foram criados vários grupos: tinha os grupos dos capitães e tenentes, grupo dos pára-quedistas, grupo disto e daquilo, e tudo isso era feito para no fim servir a eles. Só que nós não percebemos isso, eles foram geniais. Eles são geniais. Onde tiver um Golberri tem um gênio. A gente tem que tirar o chapéu para eles. Então, num determinado momento nós percebemos que vínhamos sendo usados.



G.S. - Isso foi quando, mais ou menos? Ainda durante o Castelo?

C.E. - Foi logo depois do Castelo.

M.A. - Com Costa e Silva?

C.E. - Um pouco antes da morte do Costa e Silva. De repente sentimos que havia um grupo interessado em esconder a situação do presidente. Este grupo divulgava a idéia de que o perigo maior era representado pelo general Albuquerque Lima. Outro grupo defendia o nome deste chefe, sem dúvida um grande líder, um grande homem, mas que fora envolvido e estava gerando desunião. Era esta a situação quando chegamos ao Brasil. Éramos tenentes-coronéis. O problema político havia dominado o Exército e isso era muito ruim. Foi aí que alguns resolveram lutar para fazer o primeiro presidente da revolução. Logo depois estávamos no CIE.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

M.A. - A candidatura do Médici foi então uma iniciativa dos coronéis, dos oficiais mais jovens?

C.E. - Foi uma iniciativa de quem realmente fez a revolução. E é lógico, o Médici surgiu como uma reação ao que estava acontecendo. Eu especificamente não queria o Médici, eu apenas não queria que fosse um daqueles que estava agora querendo tomar conta do governo.

G.S. - O senhor está se referindo ao grupo do Portela? Porque havia vários grupos.

C.E. - Tinha vários grupos. Tinha, como sempre tem.

M.A. - É um fato notório que o Orlando Geisel seria um candidato bastante cotado e que o Médici aparecia nas pesquisas como sendo a segunda opção de todo mundo, contra quem ninguém tinha nada a opor. Comenta-se também que ele não queria aceitar e que foi convencido a querer. O candidato predileto naquele momento seria o Orlando, que estava doente?

C.E. - É, estava com enfisema pulmonar. Havia um consenso em torno do general Orlando Geisel. Não sei se discutiram o nome do general Ernesto Geisel, provavelmente sim, posto que era muito respeitado e preferido por uns, ao passo que outros lhe faziam restrições por suas posições políticas e pelas funções que desempenhava no mundo civil. Alguns preferiam o general Orlando, outros não, mas o nome forte no meio militar era o dele. Neste momento vivíamos a crise da substituição do general Costa e Silva. Os mais exaltados julgavam que, nunca tendo usufruído de nenhuma benesse do poder, estavam em melhores condições de escolher. Interessante, naquela época eu não gostava muito do general Orlando, reflexos talvez do golpe de Lott; depois, entretanto, servindo com ele, passei a admirá-lo e muito. Chefe de decisão, firme e coerente. Gostei muito dele.

G.S. - Ele deu muito apoio ao CIE, não é?

C.E. - Ele deu muito apoio ao Exército.

G.S. - Ele trouxe o CIE para o gabinete.

C.E. - Não. Isso não foi o Orlando. O Orlando entrou no ministério no momento em que o CIE já tinha ido para o gabinete. Porque isso foi um projeto do ministro de então, aquele general de engenharia, que é da Academia de Letras, o general Lira Tavares. O general Lira Tavares determinara ao estado-maior do Exército um estudo sobre o problema da segurança interna. Estávamos atravessando uma fase muito difícil, seqüestros, assassinatos, assaltos a banco, etc. Quando cheguei do Paraguai, o general Lira Tavares já havia criado o Centro de Informações do Exército. Era impensável enfrentar uma guerra subversiva como a que estava ocorrendo no país, principalmente em São Paulo, com uma estrutura de informações lenta e sem poder decisório imediato, com dificuldades para conseguir recursos. Seria uma perda muito grande de tempo e de eficiência. Mas, quem deu vida plena ao CIE foi o general Orlando.

G.S. - O projeto foi do Lira?

C.E. - Sim, e quando o Orlando Geisel assumiu, o CIE já estava instalado. Agora, o Orlando era um grande soldado. Depois que o conheci passei a admirá-lo, a respeitá-lo. O Orlando era um chefe que tinha uma visão do futuro. Melhor que muita gente. Firme e decidido. Subordinado dele não ficava na mão.

M.A. - Ele era um bom comandante?

C.E. - Excepcional.

M.A. - Coronel, e por que o Pedro Aleixo não tomou posse?

C.E. - Ah, isso eu não sei. Nessa ocasião eu estava no Paraguai.

M.A.- Mas o seu grupo, por exemplo, o que achava disso? O Pedro Aleixo não assinou o AI-5.

C.E. - Eu continuo dizendo para senhora que isso foi um movimento de um grupo que não queria perder o poder. Não foi um movimento nosso. Morreu o Costa e Silva, para mim assumia o Pedro Aleixo. Todos os meus colegas iam assumir com o Pedro Aleixo. Ninguém estava se incomodando com isso. De repente não assumiu. Aí, quando não assume e o Exército assumiu, tinham que assumir com o Exército. Mas porque vetaram o deputado Pedro Aleixo eu não sei. Eu poderia dar para vocês minha opinião sobre o Pedro Aleixo, mas é outra coisa. É como lhe disse sobre o Ulisses: é outra coisa. É minha opinião pessoal, não é? Eu não vi esses fatos, eu estava no Paraguai. Vinha de vez em quando ao Brasil, conversava muito com meus companheiros, nunca vi restrição especificamente contra o Pedro Aleixo. A revolução foi programada para durar vinte anos. Pouca gente sabe disso, não é?

G.S. - Conta isso aí.

C.E. - Sei lá se posso contar...

M.A. - O seu grupo programava isso? Durar vinte anos? Esse era o plano do Golberi?

C.E. - O general Golberi era um deles. Eles organizaram um programa para consertar este país. Talvez fosse imposição do Golberi, que era um cara que tinha seus defeitos, suas qualidades, suas virtudes. Um cara que você podia não gostar, mas não podia negar nunca sua inteligência, sua visão política, um homem com objetivos políticos e ideológicos definidos, um pouco de esquerda talvez e, por isso, fazíamos restrições a ele, mas não se podia acusá-lo de ambições pessoais desmedidas, ou de querer aparecer. Disseram-me, depois, que a programação do grupo era de vinte anos.

M.A. - Do grupo do Golberi?

C.E. - Não sei bem. Nós concordávamos que havia necessidade de muito tempo para consertar este país. Mas não tínhamos nenhuma influência.

G.S. - Qual era exatamente a posição do seu grupo?

C.E. - A nossa posição era a de ir até o fim. Nós íamos consertar esse país. Na marra. Estão me perguntando, eu estou respondendo.

G.S. - Durasse o que durasse.

C.E. - Durasse o que durasse. Quarenta anos, cinquenta anos, cem anos, íamos consertar esse país. Nós não íamos deixar nunca surgir um Collor, um Sarney e companhia. Essa era a posição do meu grupo e a minha posição particular.

M.A. - O Coelho Neto, por exemplo, participava dessa tese?

C.E. - O Coelho Neto era um homem que estava num escalão intermediário entre o escalão da cúpula e o nosso escalão, muito ligado a nós, porque tínhamos muita confiança nele. Coelho Neto era um homem extraordinário, um homem de raro valor. Um homem de uma inteligência muito grande e de um valor extraordinário. Uma coragem monstruosa. Era um homem muito ligado a nós. Se ele dissesse: “Não faz isso que eles estão certos”, nós acreditávamos. Era um “guruzinho”, não é? Um guru da gente. Todo mundo tem o seu guru, nós também tínhamos. Veja bem, nós não confiávamos muito no Castelo Branco. Eu trabalhei, saí pegando assinatura para ele,

porque era o homem que tinha que sair na época, mas ele nunca fez revolução, nunca foi revolucionário. Entende?

M.A. - Mas o Médici também não foi revolucionário.

C.E. - Foi revolucionário sim. Mas o Médici não foi uma escolha individual, o processo de escolha foi diferente. No início, quando desconfiávamos que queriam nos impor algum nome, reagíamos, fazíamos uma onda danada. Mas nós não tínhamos condições de impor ninguém, não tínhamos nenhum general nosso, o mais graduado dos nossos era coronel. Como não podíamos impor nenhum nome, tentávamos vetar aqueles que não nos agradavam. Quando percebemos que o nome de união era o Médici, passamos a apoiá-lo. Tínhamos todas as indicações de que era um homem honesto, sério, íntegro, um daqueles em que se podia acreditar no que dizia.

M.A. - Houve uma consulta dentro das forças armadas em relação aos nomes possíveis para presidente, não foi?

C.E. - Somente em nível de general. Poucas vezes baixou deste nível, e assim mesmo em casos específicos. Um ou outro general resolveu consultar seu pessoal, mas assim mesmo selecionando também o nível (oficiais superiores, chefes de seção, etc). Assim, a consulta pôde ser rápida e objetiva. É necessário que se esclareça que no Exército os chefes estão sempre informados sobre o pensamento de seus subordinados. É uma característica nossa.

M.A. - Isso não deu um atrito danado dentro das forças armadas?

C.E. - Não. Não, porque nós estamos acostumados à decisão do general, então não tem problema. Estamos acostumados a respeitar a decisão do chefe.

M.A. - Sim, mas entre os generais não houve um certo mal-estar?

C.E. - Não. Houve ciúmas, é lógico, como ocorre em todos os ambientes. Mas sempre houve o respeito entre eles e a escolha foi livre. Também houve o problema do general Albuquerque Lima que esperava ser votado e não foi. Mas correu tudo bem.

M.A. - O senhor nos disse que chegou a falar para ele não se candidatar?

C.E. - Cheguei a falar com ele, sim, e já lhes contei. Depois daquela consulta é possível que tenha contado a ele as razões de não ter sido votado. Nessa época, falava-se muito com todo mundo. Lembro-me, certa vez, de ter dito ao doutor Carlos Lacerda que parasse com os ataques ao general Castelo Branco, lembrando-lhe que ele era o nosso candidato e que tal atitude iria queimá-lo. Não adiantou nada, ninguém segurava o Lacerda. Nessa oportunidade, como já lhes contei, fomos alguns oficiais da Escola de Estado-Maior conversar com ele.

M.A. - O senhor falou: “Éramos oito oficiais”. Quer dizer, o senhor e mais sete pessoas que eram muito autoconfiantes a ponto de dizer para o Carlos Lacerda: “Nós vamos lhe fazer presidente da República”.

C.E. - Não foi exatamente assim. Não éramos oito e sim seis oficiais e nem estávamos muito autoconfiantes. Os que estavam ali tinham a preocupação de que Lacerda fosse alijado por suas atitudes intempestivas. Gostaria de deixar claro que falei muito poucas vezes com o Lacerda. Tínhamos um relacionamento fraterno em face da admiração que ele sempre demonstrou por meu pai, mas era uma admiração e respeito à distância. Tínhamos também amigos comuns, com os mesmos ideais. Sua preocupação conosco levou-o, pouco antes da revolução, a procurar estreitar o contato conosco. Foi tão inesperado esse telefonema que minha esposa pensou que fosse um trote. Isso eu devo ter comentado com alguns colegas e eles acharam que seria fácil conseguir o encontro por meu intermédio. O fato é que ele tinha muito carinho por nós, apesar de não nos vermos quase. Havia sempre alguém querendo fazer ligação com ele. Eu ficava um pouco distante, porque nunca fui muito de me aproximar do poder. No caso específico do encontro, servi apenas de intermediário.

G.S. - Tem aparecido nestas conversas uma coisa que não estava nos livros. Parece que havia um grupo, que foi chamado até ironicamente de “grupo dos onze”, que seriam onze coronéis, tenentes-coronéis, que fizeram muita pressão nesse período inicial. O senhor está se referindo aí ao fato de que foi à casa do Lacerda com sete coronéis. Não sei se é do mesmo grupo que a gente está falando aqui.

C.E. - Não sei. É bem provável, mas não sei. Eram tenentes-coronéis e coronéis, mas eu era major na época. Seguramente, se existisse esse grupo, o Coelho Neto estaria nele. Seguramente ele estaria. Coelho Neto falava por todos nós, não é? Depois o Milton.

G.S. - O senhor disse, por exemplo, que o Golberi tinha um plano de vinte anos.

C.E. - Vinte anos. Mas isso ficou apagado na história. Isso aí não existe mais. Mas existia.

G.S. - Uma das idéias que apareceram aqui foi a de que a revolução foi feita basicamente para retirar o Goulart, eliminar a possibilidade comunista, o sindicalismo...

C.E. - Isso não é verdade.

G.S. - Qual era então o objetivo?

C.E. - Ninguém admitiu, um só minuto, em nosso grupo, que Brizola e Jango fossem problemas. Ninguém pensou nisso. O que nos preocupava era a situação do país, os problemas que queríamos ver resolvidos. Mas, o escolhido fora o Castelo que, muito legalista, não quis fechar o Congresso e o Supremo Tribunal. Aí talvez resida o problema.

M.A. - Os senhores achavam que deveria fechar?

C.E. - Esta a visão de hoje. Não estou certo de que pensasse assim naquele tempo. Lembro-me que me preocupava mais a corrupção no Congresso, nosso campo de vista era mais reduzido. Eu acho, hoje, que deveria haver uma completa devassa no Congresso e na Justiça. Se a revolução fosse agora eu defenderia a tese do fechamento de tudo. Minha posição hoje se radicalizou bastante depois do inquérito que fiz no Exército, em fins de 1982, quando soube de horrores a respeito do Tribunal. Gravei mais de vinte fitas sobre o assunto e encaminhei ao Supremo, sem ver nenhuma medida moralizadora até hoje.

## [INTERRUPÇÃO DE FITA]

C.E. - Então veja bem. Eu já lhe disse isso aqui da outra vez. Nunca houve uniformidade na doutrina de pensamento. Houve grupos que pensavam de uma forma e grupos que pensavam de outra. À medida que esses grupos chegavam ao poder eles iam impondo seus pontos de vista e nós nunca conseguimos. Porque nossas idéias não estavam à venda.

C.C. - Eu queria voltar um pouco. O senhor disse que, no início, em 1964, já havia uma idéia de que a revolução ia durar muito tempo...

C.E. - Havia grupos que participavam da revolução ativamente, com muita força, e que queriam a revolução permanente, para usar um termo mais em moda. Muitos de nós achavam que só deveríamos deixar o poder (veja bem, o poder e não o governo) quando os principais problemas estivessem resolvidos.

G.S. - Como é que se discutia a institucionalização da revolução brasileira? Não se podia, nesse tempo, criar um partido do Exército, um partido das forças armadas. O que se pretendia, então?

C.E. - Aí tinham vários projetos a implementar, projetos que tinham sido estudados. Eu nunca entrei nesses assuntos. Eu era um executante na época, capitão, não tinha muito a ver com isso. Desses estudos, muita gente participou, mas eu não sei quem. Muita gente que participou, hoje é contra a revolução. No mínimo fizeram divulgação, propaganda. Mas nunca me interessei muito por estes assuntos. Eu era muito moderno e, no Exército, “cada macaco em seu galho”.

## [INTERRUPÇÃO DE FITA]

C.E. - Não aceito esse tipo de eleição, embora possa até admitir que as mudanças visaram melhorar a legislação. Não sou daqueles que acham que caminhamos para trás, eu julgo que a história é evolutiva, que sempre melhora alguma coisa. Creio que já disse isso para a senhora. É o caso do Collor, alguma coisa de bom ele fez. E a gente tem que aproveitar as coisas boas. Fez grandes safadezas junto com seus apaniguados e, fato



inédito, pagou por isso e caiu. Pagou pelos erros, mas muita gente deveria ter ido com ele. Isto a gente aprende, não? Foi bom para o Brasil, não foi?

G.S. - Certamente.

C.E. - Foi bom. Eu sei que é muito ruim para o Brasil que o poder econômico de São Paulo volte ao poder, porque depois nós vamos ter problemas com isso, mas foi bom.

M.A. - O senhor trabalhou com informações mesmo depois do governo Médici?

C.E. - Não, eu trabalhei depois em São Paulo com o general Milton Tavares quando ele foi comandante do II Exército. Eu estava tranqüilamente dando aula na Escola de Estado-Maior e ele me deu vinte e quatro horas para eu estar em São Paulo.

[FINAL DA FITA 3-A]

C.E. - Fui chefiar a 2ª Seção. Foi aí que comecei a me indispor com os industriais paulistas, para toda minha vida.

M.A. - Eu queria perguntar se o senhor sabe alguma coisa sobre o caso Rubens Paiva.

C.E. - Eu estava no Paraguai. No caso Rubens Paiva, a moça que foi presa, trazendo bilhetes do pessoal do Chile, e que é quem denuncia a morte do Rubens Paiva, é muito amiga minha. Moramos no mesmo edifício, o marido dela já morreu, e eu quero muito bem a ela. Então, o único papel que eu tive, quando cheguei aqui, foi tirá-la da prisão.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

G.S. - Qual é a sua avaliação hoje sobre a revolução? Onde ela acertou, onde ela errou, quando deveria ter parado ou se ela devia ter continuado?

C.E. - Tudo bem. Eu acho que a revolução cometeu alguns erros no campo político. Poderia citar o momento em que o general Médici escolheu o general Ernesto para substituí-lo. Todos achavam que ele era o mais bem preparado, o que talvez fosse

verdade, mas ele trouxe junto o grupo que iria destruir a revolução, embora tenha feito um bom governo. Acho que a revolução se propôs e fez muita coisa no campo econômico, basta consultar as estatísticas. Mas, como em todas as revoluções, há momentos em que se perde, quando, por exemplo, aceitou certas idéias socialistas do Golberi (o fato se agravou no governo Geisel, pois ele pensa assim também), e quando estatizou demais, o que nunca tinha sido nosso objetivo. Mas não tenho dúvida de que ela salvou este país, tirou-o do atoleiro e o levou à situação que permite, diante do fracasso e da incompetência dos políticos atuais enfrentando esta crise, continuar vivo até hoje. Foi ela que deu estrutura a este país, depois veio isso que aí está. Também, o que se poderia esperar de políticos que se fizeram na traição? Acho que o erro maior da revolução, responsável pelo encerramento do ciclo revolucionário, foi ter se aproximado dos políticos, compor com eles. Ou seja, a revolução acabou no momento em que escolheu o homem que admitiu fazer esse tipo de composição.

G.S. - Houve algum momento antes, no qual teria sido possível, ou teria sido desejável, abrir o regime e voltar a um tipo de democracia ocidental com eleições, etc?

C.E. - A única época em que isso seria possível, seria no fim do governo Médici. No governo Médici, o país estava numa fase muito boa. É só perguntar para os seus amigos quando é que compraram o último carro zero quilômetro, que a maioria sabe que comprou naquela época. Agora não está conseguindo comprar, não é? Conversei com um advogado, comecei a brigar com ele, de repente virei para ele e disse: “Me diz uma coisa, quando é que o senhor comprou o seu último carro zero quilômetro?” Ele respondeu: “Ah, isso foi em 1972”. Perguntei: “Ah, é?” Todo mundo esquece das coisas, nós somos muito esquecidos. Mas nessa época nós tínhamos condições de, talvez, botar um governo civil. Mas não é que se quisesse não. Nós tínhamos condições e havia um grupo que queria.

G.S. - Que era composto por quem? Parece que o próprio Médici pensou no Leitão de Abreu para substituí-lo, não?

C.E. - Não que eu saiba. Um nome civil mesmo, muito bom, que eu saiba não houve. Mesmo porque logo que se falou no assunto, começou a crise do petróleo e daí em diante a evolução de todo o problema foi com vistas a superá-la. Nessas situações, os

acontecimentos passam a ter prioridade. Agora, evidentemente, havia quem quisesse que o Médici fizesse a transição. Havia. Não me lembro exatamente quem seria, mas havia. Todas as vezes que se discutia isso, a coisa sempre empacava num troço que é muito discutível e é muito difícil de você falar. Como é que um país elege um Collor? A coisa girava e começava empacar nesses aspectos dos nomes. Hoje é muito fácil escrever no jornal, dizer que é bonito, que se pratica a democracia, etc. Tudo bem. Mas quando você está tomando a verdadeira decisão, quando você está decidindo aquilo que vai interessar à pátria, é muito difícil você raciocinar e dizer assim: “Vai dar para o Antônio Carlos Magalhães? Vai dar para o fulano, vai dar para o sicrano”, entende? Quando se começa a analisar os nomes concretos a coisa começa a ficar brava, sabe?

G.S. - Ou seja, havia uma desconfiança em relação aos políticos?

C.E. - A mesma desconfiança que tem o Brasil inteiro, só que um pouco mais radicalizados porque nós tínhamos a força, evidente. Adianta o Zé Povo não gostar de política se ele só vota, e às vezes mal, não é?

C.C. - Isso era geral para Arena ou MDB, ou havia alguma diferença?

C.E. Era indiferente. Havia gente no MDB que eu respeitava e havia gente na Arena que eu não respeitava nem um pouco.

G.S. - Fale de alguns do MDB que você achava que eram respeitados.

C.E. - Nelson Carneiro, Brossard. Chega, não chega? Eu acho o Brossard um cara muito bom. Discordo dele, mas o respeito. Ele podia estar errado, mas era puro. É casado com a filha do meu grande líder político, que foi o Décio Martins Costa, o criador do Partido Libertador do Rio Grande do Sul. Entende? Então ele é um homem de uma formação liberal. Eu o respeito! Posso até discordar, mas é um homem puro. Você pode dizer que o Brossard é exibido, etc, menos que ele é burro, ou que seja desonesto. Tinha outros, eu não quero ser injusto não. Tinha outros. Só não me fale de Ulisses, que esse não tinha nada disso.

G.S. - Você não gostava dele?

C.E. - Não. Não gostava e acho que Deus o levou numa ótima hora para o Brasil. Eu acho que o Brasil é um país de sorte. Ele preparou tudo para ser o primeiro-ministro e seria o fim. Este Brasil é um país que, dentro dos seus problemas, tem muita sorte. Tem comunista bom também. Ser bom não é privilégio de filosofia ou política, ser bom é próprio do homem, é uma questão de ser ou não ser, está certo? Tinha um comunista no Ceará que para mim foi um cara decente. Poucos sujeitos eu conheci tão decentes como ele.

G.S. - Hoje ele é o quê?

C.E. - Não sei, nunca mais o vi. Ele era analfabeto, era um agricultor.

C.C. - Mas era decente por quê?

C.E. - Era decente, digno. Era um homem que vivia 24 horas por dia com decência, com dignidade. Vivia pensando no bem, estava sempre ajudando, não era um aproveitador. Ele não estava ali por interesse, não estava ganhando nada. Não estava ali como um José Genoíno, ele estava ali por idealismo. A maioria estava ali por interesse, ele não. Ser bom, ser decente não é privilégio de ninguém. Então tinha gente boa no MDB, como deve ter até no PT, não é? Nunca examinei não, mas deve ter. Certamente tem. Isso não é privilégio de ninguém. Como também tem canalha em todo lugar, não é privilégio de nenhum grupo. Só estou querendo dizer que era muito difícil analisar esses caras. Numa fase em que a decisão era nossa e que nós tínhamos que tomar decisões, quando começávamos a analisar era muito difícil. Fulano fez isso, roubou isso, é ligado ao grupo tal, a fulano de tal. Aí você começa a ver que a coisa se torna muito difícil. Se bem que a gente sabe que os homens traem, como o Marinho abandonou o Collor. A gente sabe que os homens traem.

G.S. - No final da nossa primeira entrevista, falamos muito acerca do prestígio das forças armadas junto à população civil, que teria ficado um tanto afetado, não é?

C.E. - Ficou. E a campanha da imprensa é grande...

G.S. - Não sei se tu achas que teria havido alguns erros táticos, no sentido de os militares não quererem discutir...

C.E. - Não há campanha da imprensa se não houver erro tático. A imprensa só pode entrar no teu erro. É como o comunismo: só pode entrar na tua falha. Se tu não tiveres falha, não tiveres erro, ele não entra.

G.S. - Por exemplo: no que tange a essa questão, que é a mais ventilada e que está relacionada com a tortura, a atitude de dizer que não houve é ingênua. Quer dizer, qualquer um que quiser procurar vai saber que houve. Então não se pode negar o fato. Por que não tratar disso, por exemplo, como uma coisa que acontece em guerra?

C.E. - Sim, mas eu disse isso da outra vez. O governo tem uma posição institucional. Ele é contra esse tipo de coisa, nunca estimulou nem um milímetro. E todos os caras que ele apurou como praticantes de tortura, ele botou na cadeia. Está aí o capitão Guimarães, podre de rico no jogo do bicho. Assim como ele tem vários. Toda vez que ele pegou dentro do Exército alguém praticando isso, botou na cadeia, botou na rua, expulsou, fez o diabo, não é? Então essa é a atitude do governo. Fora disso, o governo não pode fazer outra coisa. Ele não pode reconhecer uma coisa que não autorizou. E se ele não conseguiu punir todos...

G.S. - Agora, em algum momento, conversando com o Carlos Fontoura, que era uma pessoa ligada ao Médici, ele nos disse que o presidente se assustava quando ouvia falar de tortura. Não havia um canal que levasse a ele uma informação constante sobre essas coisas que estavam acontecendo e que mais cedo ou mais tarde iriam aparecer?

C.E. - Quem foi que disse que ele se assustava? Foi o Fontoura?

G.S. - É.

C.E. - Então ele é o culpado, pois cabia a ele informar. Era ele quem devia informar. Ele era o chefe do SNI, não era eu que deveria informar.

G.S. - A impressão que eu tenho é que na cadeia de comando, em algum momento, essa informação não passava.

C.E. - O presidente da República, neste país, está sempre isolado. O senhor sabe disso. As coisas não chegam a ele, como não estão chegando ao atual presidente, o Itamar. Eu posso lhe garantir que, na esfera das nossas atribuições, no CIE nós acabamos com tudo que foi possível acabar. Por isso que eu fiz questão de frisar para o senhor, aqui, que houve duas ou três fases em que o Exército gastou muito dinheiro para preparar oficiais, sargentos, para melhorar a coisa. O Exército sentiu que houve alguma coisa antes, não é? Aí começou a afastar-se dos policiais.

G.S. - Isso foi uma diretiva do Médici?

C.E. - Foi. Quando o Médici assumiu, tudo isso já havia acontecido. A maior parte do que se fala hoje já havia acontecido, podem reparar. Fala-se muito na Oban<sup>4</sup>, dizem que as coisas aconteceram na Oban. Onde ficava a Oban? Numa delegacia de polícia, na rua Tutóia. O Médici foi acusado e isso é uma tremenda injustiça cometida por muitos da imprensa, principalmente os de esquerda. Alguns jornalistas conversaram comigo e procurei mostrar isso a eles: que eles usavam dados do passado, insistindo em coisas que não diziam respeito ao Médici ou ao Orlando Geisel, que não tinham nada com isso. O Médici, ao assumir, teve a preocupação de determinar ao general Orlando que assumisse o controle daquele problema. O Sistema de Segurança Interna<sup>5</sup> ainda não estava implementado, havia uma delegacia com alguns militares para dar uma configuração nacional ao problema, financiada por industriais paulistas que faziam o que bem entendiam. Ou estou errado?

G.S. - A Oban era isso?

C.E. - Então, lhe dizendo: nós procuramos acabar com essa situação, mas para mudar um processo em andamento, mudar um jogo que está sendo jogado, que já está na rua, é

---

<sup>4</sup> Operação Bandeirante, organismo criado em 1969 a fim de combater os grupos de esquerda de São Paulo.

<sup>5</sup> O Sistema de Segurança Interna no País (SISSEGIN) foi um conjunto de diretrizes implantado no final dos anos de 1960 que visava normatizar a situação das atividades de segurança interna, dando origem a órgãos como CONDI (Conselho de Defesa Interna), CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e DOI (Destacamento de Operações de Informações).

muito difícil. É impossível acabar de vez, senão vai-se à falência. Dez assaltos por dia, em média, lembram-se? A coisa foi sendo progressivamente implantada a partir do final de 1969 até 1971. A coisa foi progredindo, pouco a pouco foi-se instalando o Sistema de Segurança Interna. À medida que foi sendo implantado e o Exército passou a atuar sozinho, essas coisas foram esvaziando. É evidente que a Oban perdeu força. Por falta de local, um erro tático, o órgão que a substituiu permaneceu na rua Tutóia, o resultado é que ficaram todos os policiais que trabalhavam desde o começo. Mais tarde ficariam somente policiais militares e na administração. O afastamento deles era muito delicado, pois tínhamos que reconhecer seus extraordinários serviços na fase crítica e devíamos protegê-los.

G.S. - Você na época estava no CIE em Brasília?

C.E. - Estava no Rio, só fui para Brasília em 1973. A partir de 1972, entretanto, passamos a modificar a “fisionomia de frente” (a situação). Passamos a implementar processos mais inteligentes, fruto de estudos feitos no exterior por vários oficiais. A experiência dos outros nos permitiu ver que não se consegue acabar com movimentos subversivos através de interrogatórios que, além de inócuos na maioria das vezes, eram desgastantes. Em todo o mundo os terroristas defendem-se acusando torturas – isso os deixa bem frente a suas organizações. Verificamos que o trabalho teria sucesso somente na base de infiltrações. Havia uma experiência policial nesse sentido, diferente porque com outras finalidades e sempre lidando com marginais – eram os “cachorros”, como eles eram chamados. O grande perigo desse tipo de trabalho é o “agente duplo” e devemos ter tido alguns. Foi esse sistema que, evoluindo, destruiu as organizações subversivas, não foi o sistema antigo. Eles sabem disso. O sistema anterior obtivera êxitos pouco compensadores, com algumas exceções aqui e ali, devidas, na maioria das vezes, à experiência de alguns policiais paulistas, mas ela andava sempre atrás dos acontecimentos – seqüestros, assaltos a banco, etc. A mudança encontrou dificuldades, mas passamos a formar o pessoal, insistindo na inteligência do trabalho. Foi essa evolução, de certo modo rápida, que acabou com eles. Não foi a queda do Lamarca, “dedurado” pela amante e morto em ação, que acelerou o processo de decomposição das esquerdas revolucionárias. Quando isso ocorreu, ele já não mais pertencia a VPR<sup>6</sup>,

---

<sup>6</sup> Vanguarda Popular Revolucionária.

organização já em extinção. Nessa fase chegamos a ter muitos infiltrados no MR-8<sup>7</sup> e no PC. Aí está a verdade sobre o nosso sucesso na neutralização deles. E eles sabem disso.

G.S. - Ciro, houve algum grupo no qual vocês não conseguiram penetrar de jeito algum?

C.E. - É muito difícil de dizer mas, em todo caso, deve ter tido. É possível que tenha tido, eles eram muitos.

[FINAL DA FITA 3-B]

C.E. - É realmente muito difícil um executante responder a certas perguntas. É uma questão de nível. Esses assuntos devem ser perguntados a quem viveu os escalões superiores, talvez o Coelho Neto, mas o mais certo seria um general. Para mim é muito difícil, inclusive porque esses assuntos não me motivavam, politicamente eu era muito turrão. Por exemplo: apesar de admirar, nunca votei no Carlos Lacerda porque eu sempre votei contra alguma coisa, raramente votei a favor. É uma vergonha dizer isso, não é? Eu não votei a favor do Collor, votei contra o Lula; não votei a favor do César Maia, votei contra a Cidinha Campos e, depois, contra a Benedita. É bem desagradável dizer isso, mas eu quase sempre votei contra. Então, eu nunca pude votar no Carlos Lacerda. Votei contra Negrão de Lima, votei contra. Meus votos representam uma posição muito negativista, mas eu nunca tive outra opção. Meus candidatos nunca tiveram chance de ganhar.

G.S. - Ciro, deixa eu te perguntar uma outra coisa. Nos Estados Unidos, boa parte do treinamento militar é feita na própria universidade. Aqui tem o CPOR e lá tem algo similar, que fornece uma percentagem alta aos militares que seguem carreira?

C.E. - Nos Estados Unidos isto é possível e necessário. Em primeiro lugar porque eles vivem em guerra e precisam de um Exército maior. Eles devem ter cerca de três milhões de homens, dos quais uns oitocentos ou novecentos mil devem ser oficiais. Evidentemente, não poderiam ser todos de West Point, talvez uns duzentos mil somente, por sua formação muito mais demorada e cara.

---

<sup>7</sup> Movimento Revolucionário 8 de Outubro.



G.S. - Exatamente. Então, eu estava pensando o seguinte: na tua opinião há possibilidade de se fazer no Brasil uma carreira militar tendo um treinamento em uma instituição civil? Que implicações teria isso? Que tipo de militar que sairia? Como é que você vê isso?

C.E. - Nós já tivemos algumas experiências com este problema – os Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR). Temos agora o Quadro Complementar, que recruta pessoal do CPOR e do NPOR (pode ter mudado alguma coisa de 1983 para cá). Não tem dado muito certo, e a razão que me parece a principal é a maneira de se realizar o serviço e suas implicações. O primeiro problema, deveria ser de menos de nove anos para evitar vínculo trabalhista e teve que diminuir mais ainda, o que prejudicou a qualidade que vem com a experiência. Nos EUA, após o serviço militar, o pessoal é dispensado e, quando muito, recebe uma indenização; aqui todo mundo quer ser funcionário, ficar ligado ao governo. Há outras razões, mas gostaria de acrescentar outros dados ao problema. Bem entendido que minha vivência é no Exército. Nós temos uma grande vantagem que é a uniformidade de formação. Em quatro anos, na Academia Militar das Agulhas Negras, a formação de oficiais de carreira é muito complexa, mas é comum a todos os oficiais. Temos cadeiras as mais diversas, desde as sociais, como direito, sociologia, psicologia, às ciências exatas, como analítica, geometria descritiva, física, química, até as de interesse militar, como história militar, balística, etc, isso sem falar nas cadeiras relativas ao emprego militar específico, como, no meu caso de artilheiro, topografia, técnica de tiro, comunicações (transmissões), etc. Nossos estudos prosseguem depois de chegarmos a capitão, obrigatoriamente, com a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (um ano), condição básica para acesso ao posto de major. Posteriormente, como condição preliminar para o acesso ao generalato e mediante concurso temos a Escola de Estado-Maior do Exército (dois anos) e depois o Curso de Comando e Estratégia (um ano)<sup>8</sup>, estes dois últimos não obrigatórios. Temos ainda o Curso de estado-maior e Comando das forças armadas na ESG (um ou dois anos), facultativo. Além desses, temos cursos técnicos das mais variadas especialidades, como Manutenção de Automóvel, Armamento, Comunicações, Técnica de Ensino e muitos outros. Essa vivência escolar, além da parte cultural, uniformiza modos de proceder, com reflexos no caráter do oficial. Não é o que

---

<sup>8</sup> Os dois cursos a que o entrevistado se refere devem ser o curso de Comando e Estado-Maior (CCEM, para oficiais das Armas e do Quadro de Material Bélico) – que dura dois anos – e o curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx, para coronéis) – que, de fato, dura um ano. Ambos fazem parte dos cursos oferecidos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e são optativos, caso os oficiais queiram complementar seus estudos.

acontece no meio civil, onde um cidadão formado na USP tem formação diferente do formado na Paulista, por exemplo. Imagine-se em todo o país. Evidentemente essa multiplicidade de formação pode até ser benéfica no meio civil, formar pessoas diferentes, produzir uma vida diferenciada num país diferente, criar oportunidades maiores, etc. Mas, no meio militar, isso é altamente prejudicial. É necessário que o oficial forme soldados em todo este Brasil com um mínimo de coerência e uniformidade. Os reflexos maiores da formação comum encontram-se no campo da ética, onde juntos aprendemos valores e normas de comportamento, respeito à nossa história e às nossas tradições. O problema é tão importante para nós que nossos cursos têm uma característica peculiar: o volume de assuntos que julgamos devam ser transmitidos a nossos alunos, o que acaba tornando nossa carga horária muito pesada. Os cursos militares são, por isso, muito puxados, quase todos com mais de seis horas por dia. Voltando ao Quadro Complementar, nossa experiência não vinha sendo boa, pode ser que melhore, mas selecionar garotos com a mais variada formação e que vêm no Exército a tábua de salvação para o desemprego tem gerado problemas. A disparidade de mentalidades, de interesses, de formação, de caráter, isso não é nada bom para a organização militar baseada na ordem, na hierarquia, na disciplina, no absoluto respeito às leis e regulamentos. Essas as nossas principais diferenças. Entretanto, não se deve pensar que nos EUA tudo é um mar de rosas. O oficial formado em West Point é completamente diferenciado dos formados nas várias escolas americanas. Até na assinatura eles procuram ser diferentes, assinam W.P. Major, W.P. Captain, etc. Tive vários alunos americanos na Escola de Estado-Maior, alguns oriundos de West Point e outros não. A diferença era muito grande e havia muita animosidade entre eles. Os de West Point tinham uma formação mais generalista, eram formados para serem líderes em todos os aspectos; os demais tinham uma formação ultra-especializada. Se somarmos a esses problemas específicos o racismo e o complexo de superioridade do americano, dá para concluir que o ambiente não poderia ser tão bom. O problema da especialização nos EUA é muito grave. Uma vez, no Paraguai, fiz uma consulta a um oficial americano (assessor da Escola de Estado-Maior do Paraguai) e ele pediu-me que a fizesse por escrito, pois era um oficial de 105 (obus 105 mm, uma das dezenas de materiais de artilharia deles) e não conhecia o assunto. Outra vez, na Escola de Estado-Maior, numa conferência do chefe de estado-maior daquele Exército, ele confirmou para nós o problema, exemplificando com números alarmantes, cerca de duzentas mil especialidades numa organização militar cujo efetivo era pouco maior. Imaginem a cadeia de recompletamento de baixas. Voltando ao assunto, nosso Exército profissional é constituído de oficiais, sargentos e alguns cabos e

soldados que são permanentes, ou quase, o que assegura a continuidade. A maioria, entretanto, é constituída de recrutas (cabos e soldados de serviço militar obrigatório). Isso o torna mais econômico, pois o militar profissional é oneroso na formação e merece salários maiores. Este processo tem vantagens e desvantagens, mas adequa-se bem à situação econômica do país. Soldados profissionais só em unidades estratégicas, inclusive na Amazônia. Entretanto, essa situação valoriza muito a formação uniforme de nosso pessoal. No Brasil, qualquer um pode fazer concurso para a AMAN e só entra lá mediante concurso ou oriundo de escolas preparatórias e colégios militares (vagas restritas), onde também só se entra por concurso. Ninguém, mas ninguém mesmo, entra pela janela. Nos EUA, para entrar para West Point deve haver indicação de um deputado ou senador, assim como, para sair general, deve ser aprovado pela comissão de assuntos militares. Essa é a grande diferença. Não sei se satisfiz, mas é o que penso a respeito do assunto.

G.S. - Lá na Universidade da Flórida eu tenho muitos alunos militares que vão lá para fazer cursos específicos, venham de West Point ou não. Alguns fazem estudos latino-americanos. Em geral, são aqueles que vão ser o que eles chamam de *foreign area officer*.

C.E. - Nós também temos oficiais que vão fazer cursos em faculdades.

G.S. - E outros vão trabalhar em física, aí fazem doutorado, mestrado, em física.

C.E. - Isso é outra coisa. Aí o cara já está formado. Isso nós temos também.

G.S. - As universidades americanas, desde a década de 1960 até hoje – são trinta anos –, têm uma resistência muito grande a formar militares.

C.E. - É o pacifismo deles, entre aspas. Mas não há ninguém mais cínico no pacifismo que o americano. Está lá matando o pessoal do Sadam.

G.S. - Em 60, na década da rebeldia dos universitários, eles queriam tirar o ROTC<sup>9</sup> de todas as universidades. Tiraram de algumas, e eu acho que isso é um erro.

---

<sup>9</sup> Reserve Officers Training Corps.

C.E. - É. Meu irmão tem curso de Economia, o outro irmão, não o Leo. É o mais novo. O Exército estimula, de certa forma, que o sujeito tire o curso aqui fora. Não paga, mas estimula. O Exército não se opõe, entende? Você pergunta: por quê o Exército não se opõe? Por duas razões: a primeira, porque ele quer que o oficial viva um pouco da mentalidade civil; e a segunda, porque sabe que a carreira militar tem que dar opções de saída para o oficial, senão o oficial não tem opção de saída. É uma carreira estruturada em épocas, em datas, e não em vigor físico; com sessenta e poucos anos vai embora para casa, então tem que dar opção de saída para o cara. O Exército pode até oficialmente não declarar, mas estimula – Isso é muito comum –, e alguns cursos são até pagos pelo Exército. Alguns, não todos. Alguns são até pagos pelo Exército, por interesses específicos, como informática. Foi muito comum nós pagarmos cursos de informática para muita gente por fora. Informática e psicologia: o Exército paga muito esses cursos.

C.C. - Glaucio fez uma pergunta há algum tempo, sobre o prestígio social dos militares. Quando eu fiz minha pesquisa na Academia Militar, entrevistei uma série de coronéis e generais, já na reserva, que tinham se formado até o início da década de 1950, e eles falavam como era maior o prestígio social do militar naquela época e como depois ele caiu. Eles sempre citavam como exemplo o fato de irem fardados a bailes, de andarem fardados na rua e diziam que com o decorrer dos governos militares isso mudou. O senhor tem essa percepção também?

C.E. - Não, eu vivi duas fases distintas. A primeira, do Jango, em que um companheiro quase foi agredido na Central do Brasil. Naquela época havia grande antagonismo, era a época do Jango, do Lott, do peleguismo, do comício da Central. Depois veio uma fase neutra e uma boa e, finalmente, com a campanha pelas eleições diretas, a coisa piorou de novo. Houve um grande trabalho de massa, de propaganda, o *marketing* político, tudo subvencionado pela direita americana, pelo poder econômico paulista e muito bem aproveitada por nossa esquerda. Aí aumentou de novo o antagonismo. Isso tudo é cíclico no Brasil, a história o comprova. O nível de simpatia do Exército está intimamente ligado à situação econômica. Quando o país atravessa uma crise, começamos a ser antipatizados e isso vai até o ponto em que começa a reverter, e de novo passamos a ser a última esperança. Ora antipatizados, ora adorados, mas sempre respeitados, que é o que interessa. Eu vivi as duas fases: a da república sindicalista e a da república populista, iniciada com o Collor. Creio que os senhores não têm dúvidas de que o poder econômico paulista mudou

de lado de uns tempos para cá e passou a apoiar tudo o que fosse contra nós. Interesses contrariados talvez. Mas, no final, o julgamento do Zé Povo continua o mesmo. Essas duas fases que assinalei foram, evidentemente, as fases em que nos tornamos mais antipatizados. Mas ainda acho que a época do Jango foi pior. Agora, quanto a esses oficiais que falaram contigo, está certo, vou procurar interpretar o que disseram. De 1978 para cá o Exército começou a se desgastar de novo, progressivamente, começou a ser espezinhado. Procuraram destruir tudo o que fizemos. Todas as falhas dos políticos e administradores era por culpa nossa. Nessa ocasião alguns companheiros adotaram atitudes muito negativas. Nossa situação financeira foi-se agravando, intencional ou não. Eu costumo dar um exemplo sobre isso, talvez já tenha dito aqui. Quando eu fui para Brasília, em 1973, minha senhora vinha ver a mãe e os filhos, que ficavam estudando no Rio, uma vez por mês, e vinha de avião. Em 1979, eu estava em São Paulo, minha mulher vinha ao Rio, já em espaços maiores, quase sempre de ônibus, uma ou outra vez de avião. O dinheiro não dava. Hoje em dia meu passatempo relaciona-se a meus cachorros; quando vamos a exposições, vamos de ônibus, não dá mais para andar de avião. Isso exemplifica nossa queda de padrão de vida. Sei que isso é em todo o Brasil, mas não para todos. Está certo? Ultimamente, também para enfrentar o aumento do custo de vida, aceitei uma oferta de emprego de uns amigos, numa espécie de clube-escola, já conversamos sobre isso e vi mais um sonho vir abaixo pela desonestidade de um presidente de clube, escorado por influentes pessoas de nossa sociedade, inclusive um juiz. Depois de velho, não se tem o direito de viver em paz. Isso é muito frustrante. Meu sobrinho teve que tirar os filhos de um colégio particular e colocar em colégio público em Porto Alegre. Tudo isso gera insatisfação. A frustração vem se agravando com a situação política e econômica do país. Poderia citar dezenas de casos de pessoas menos habilitadas, funcionários da administração direta ou indireta, que ganham muito mais que nós. Então, posso dizer-lhes que, em cerca de 70% dos casos, a frustração é a principal causa da insatisfação. Nunca se pode esquecer que a família também pressiona e aumenta essa insatisfação. Mas há outros fatores, como por exemplo, o não poder desempenhar sua função de forma adequada e vê-la marginalizada – falta munição, falta gasolina, falta uniforme, falta até dinheiro para alimentar os soldados, fazendo, durante o governo Collor, com que o expediente semanal começasse após o almoço de segunda-feira e terminasse antes do almoço de sexta-feira. Isto é uma vergonha sem paralelo. Quando se vê as decisões demagógicas de um ministro da Fazenda, para não falar do presidente, isso é irritante. Há, portanto, uma grande frustração, no emocional, na carreira, em todos os sentidos. O sentimento maior é o de ter

chegado ao fim da vida e não ter conseguido realizar seus sonhos. Ver as “nulidades triunfarem”. É uma grande tristeza, daí a reação negativa desses oficiais com quem falaram. É uma pena, mas infelizmente é verdade.

G.S. - Ciro, nós vamos estudar a tua entrevista e voltamos a te procurar. Muito obrigado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]